



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

ANO XXXII — Nº 005

TERÇA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 1977

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 5ª SESSÃO, EM 7 DE MARÇO DE 1977

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

*Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto.*

— Projeto de Lei da Câmara nº 2/77 (nº 3.071-B/76, na Casa de origem), que declara feriado nacional o dia 12 de outubro.

##### 1.2.2 — Pareceres

*Referentes à seguinte matéria:*

— Projeto de Lei do Senado nº 173/75, que restabelece, em favor do aposentado que tenha retornado à atividade, o direito de receber os benefícios decorrentes da legislação sobre acidentes de trabalho.

##### 1.2.3 — Expediente recebido

— Lista nº 1, de 1977.

##### 1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 172/76, que altera os arts. 11 e 37 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que deu nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

##### 1.2.5 — Requerimento

Nº 3/77, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista e outros Srs. Senadores, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel e Ministro Ângelo Calmon de Sá, no dia 9 de fevereiro, no Palácio do Planalto, na cerimônia de posse como Ministro da Indústria e do Comércio.

##### 1.2.6 — Discursos do Expediente

*SENADOR EURICO REZENDE, como Líder* — Carta dirigida pelo Ministro das Relações Exteriores ao Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, dando ciência da recusa, pelo Governo brasileiro, da assistência militar norte-americana. Nota divulgada pela Imprensa sobre o assunto.

*SENADOR LOURIVAL BAPTISTA* — IV Reunião do Fórum Pan-americano para o Estudo da Adolescência, recentemente instalado pelo Sr. Ministro Ney Braga na cidade de Salvador—BA.

*SENADOR LUIZ CAVALCANTE* — Comentários sobre o relatório da PETROBRÁS, referente ao exercício de 1976.

*SENADOR DANIEL KRIEGER* — Protestando, por considerá-la inverídica, declaração prestada à revista *Veja*, pelo Sr. Lincoln Gordon, a respeito da concessão, pelo Governo norte-americano, de auxílio monetário a parlamentares brasileiros candidatos ao pleito de 1962.

*SENADOR SALDANHA DERZI* — Necrológio do Sr. Júlio Müller.

*SENADOR MAURO BENEVIDES* — Sugestões apresentadas por S. Exª perante conclave promovido pela Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará — FACIC, destinado ao exame da problemática da seca na Região nordestina.

##### 1.2.7 — Requerimento

Nº 4/77, de autoria do Sr. Senador Braga Junior, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "Falácias de uma Crise", de autoria do jornalista Edison Lobão.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 132/74, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a obrigatoriedade de doar sangue. (Apreciação preliminar da juridicidade.) **Rejeitado.** Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 94/76, do Sr. Senador Ruy Carneiro, que introduz modificações na Consolidação das Leis

do Trabalho, na parte referente aos vogais de Juntas. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Rejeitado.** Ao Arquivo.

#### 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR AGENOR MARIA** — Instituição do recolhimento restituível para compra de gasolina.

#### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 223ª Sessão, realizada em 30 de novembro de 1976

#### 3 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

- Ato do Presidente.
- Ata de reunião do Conselho Deliberativo.
- Balanço Patrimonial encerrado em 31-12-76.
- Demonstração da Conta "Receita e Despesa", referente ao exercício findo em 31-12-76.
- Demonstração da Conta "Receita e Despesa", do mês de dezembro de 1976.
- Demonstração da Conta "Receita e Despesa", referente ao exercício findo em 31-12-76.
- Demonstração da Conta "Receita e Despesa", do mês de dezembro de 1976.
- Balanço Patrimonial encerrado em 31-12-76.

## ATA DA 5ª SESSÃO, EM 7 DE MARÇO DE 1977

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — Braga Junior — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — A lista de presença acusa o comparecimento de 34 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

#### EXPEDIENTE

##### OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 1977 (Nº 3.071-B/76, na Casa de origem)

**Declara feriado nacional o dia 12 de outubro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarado feriado nacional o dia 12 de outubro, consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

(À Comissão de Constituição e Justiça).

#### PARECERES

##### PARECERES Nºs 9, 10 E 11, DE 1977

**Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1975, que "restabelece, em favor do aposentado que tenha retornado à atividade, o direito de receber os benefícios decorrentes da legislação sobre acidentes de trabalho".**

##### PARECER Nº 9, DE 1977

*Da Comissão de Constituição e Justiça*

**Relator: Senador Henrique de La Rocque.**

A lei vigente (art. 2º, da Lei nº 6.210, de 4-6-75) concede, ao aposentado pelo INPS que retornar à atividade, todos os benefícios da indenização do acidente do trabalho, exceto o auxílio-doença. Se for o caso, a aposentadoria por invalidez passará a ser a acidentária.

Parece que ao aposentado, que retorna à atividade, não é negado o auxílio-doença, fora da hipótese de acidente. Se o aposentado em atividade fica doente, no emprego, é-lhe assegurado o direito aos benefícios do INPS e aos salários pelo empregador nos primeiros 15 dias de afastamento.

Por que, então, não lhe garantir o mesmo auxílio-doença em caso de acidente no trabalho, quando neste caso, além de contribuição previdenciária normal do filiado e do empregador, há outra suplementar que varia entre 0,4% e 1%, acrescida de outra adicional, que recai sobre a folha de salário-de-contribuição e destinada a custear as prestações por acidentes de trabalho?

Assim, o custeio do encargo criado pelo projeto já está atendido, pois a contribuição acidentária é geral sobre toda a folha de salário, não excluindo dela os empregados que sejam aposentados em atividade.

Se o aposentado retorna à atividade é para aumentar o seu poder aquisitivo e melhorar o seu padrão de vida. Não se justifica que, no instante em que sofre o infortúnio do acidente de trabalho, se reduzam os seus recursos, fazendo-o retornar aos seus proventos de aposentado.

Por todas estas razões, somos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1975, e ainda favorável quanto ao mérito.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 1976. — Accioly Filho, Presidente — Henrique de La Rocque, Relator — Nelson Carneiro — José Lindoso — Heitor Dias — Dirceu Cardoso — Lelte Chaves.

**PARECER Nº 10, DE 1977**  
**Da Comissão de Legislação Social**

**Relator: Senador Jarbas Passarinho.**

O projeto em exame, é de autoria do ilustre Senador Franco Montoro, e pretende restabelecer, em favor do aposentado que tenha retornado à atividade, o direito de receber os benefícios decorrentes da legislação sobre acidentes de trabalho.

Na sua justificação, o nobre autor do projeto demonstra claramente que:

“Até a promulgação da Lei nº 6.210, de 1975, a situação do aposentado por tempo de serviço, por velhice ou em gozo de aposentadoria especial que retornasse à atividade era disciplinada pelo art. 6º da Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967 e seu parágrafo 8º nestes termos:

“Art. 6º Em caso de acidente do trabalho ou de doença do trabalho, a morte ou a perda ou redução de capacidade para o trabalho darão direito, independentemente de período de carência, às prestações previdenciárias cabíveis, concedidas, mantidas, pagas e reajustadas na forma e pelos prazos da legislação de previdência social, salvo no tocante ao valor dos benefícios de que tratam os itens I, II e III e que será o seguinte:

I — auxílio-doença — valor mensal igual ao do salário-de-contribuição devido ao empregado no dia do acidente, deduzida a contribuição previdenciária, não podendo ser inferior ao seu salário-de-benefício, com a mesma dedução;

II — aposentadoria por invalidez — valor mensal igual ao do salário-de-contribuição devido ao empregado no dia do acidente, não podendo ser inferior ao seu salário-de-benefício;

III — pensão — valor mensal igual ao estabelecido no item II, qualquer que seja o número inicial de dependentes.

§ 8º — O direito ao auxílio-doença, à aposentadoria por invalidez ou à pensão, nos termos deste artigo, exclui o direito aos mesmos benefícios nas condições da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960), sem prejuízo de qualquer outro benefício assegurado pela legislação de previdência social.”

E prossegue o ilustre Senador Franco Montoro, em sua brilhante justificação:

“Consoante referida legislação, o aposentado por tempo de serviço que retornasse à atividade e que nela viesse a sofrer acidente do trabalho que provocasse sua invalidez teria, obviamente direito a continuar recebendo sua aposentadoria por tempo de serviço conjuntamente com a aposentadoria por invalidez.

Nem poderia ser de outra forma, como veremos.

A aposentadoria por tempo de serviço como lembra Mozart Victor Russomano (“A Lei Orgânica da Previdência Social Comentada”, José Konfino Editor, Rio, 1967, 2ª ed., vol. I, pág. 235) “pela sua própria natureza, é irrevogável”. Portanto, o aposentado por tempo de serviço que, por ter voltado a trabalhar, ficasse inválido teria, naturalmente, sem prejuízo da percepção da aposentadoria por tempo de serviço, direito ao recebimento da aposentadoria por invalidez acidentária que, no caso, nada mais era do que uma indenização decorrente da invalidez provocada pelo acidente. Sofreu ele, na hipótese, um dano. E tem, necessariamente, direito à respectiva reparação.”

Na Comissão de Constituição e Justiça, o Relator, Senador Henrique de La Rocque, assim argumentou o seu ponto de vista:

“Parece que ao aposentado, que retorna à atividade, não é negado o auxílio-doença, fora da hipótese de acidente. Se o aposentado em atividade fica doente, no emprego, é-lhe assegurado o direito aos benefícios do INPS e aos salários pelo empregador nos primeiros 15 dias de afastamento.

Porque, então não lhe garantir o mesmo auxílio-doença em caso de acidente no trabalho, quando neste caso, além da contribuição previdenciária normal do filiado e do empregador, há outra suplementar que varia entre 0,4% e 1%, acrescida de outra adicional, que recai sobre a folha de salário-de-contribuição e destinada a custear as prestações por acidentes de trabalho?

Assim, o custeio do encargo criado pelo projeto está atendido, pois a contribuição acidentária é geral sobre toda a folha de salário, não excluindo dela os empregados que sejam aposentados em atividade.

Se o aposentado retorna à atividade é para aumentar o seu poder aquisitivo e melhorar o seu padrão de vida. Não se justifica que, no instante em que sofre o infortúnio do acidente de trabalho, se reduzam os seus recursos, fazendo-o retornar aos seus proventos de aposentado.”

Na Comissão de Finanças, o Relator foi também o nobre Senador Henrique de La Rocque, que emitiu parecer favorável ao projeto.

Da análise que fiz, no âmbito da competência regimental desta Comissão, nada me leva a objetar a sua tramitação.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1975.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1976. — **Nelson Carneiro**, Presidente — **Jarbas Passarinho**, Relator — **Franco Montoro** — **Domício Gondim** — **Mendes Canale**.

**PARECER Nº 11, DE 1977**  
**Da Comissão de Finanças**

**Relator: Senador Henrique de La Rocque**

O Autor do projeto é o ilustre Senador Franco Montoro.

2. Relatando-o na Comissão de Constituição e Justiça, pronunciamo-nos favoravelmente, quanto ao mérito, além de considerá-lo constitucional e jurídico, no que fomos acompanhados pela douta Comissão.

3. No âmbito da competência regimental desta Comissão, nosso parecer é igualmente, pela aprovação do projeto, pela justiça de seus fundamentos, não havendo problemas de repercussão financeira, pois haverá as contribuições correspondentes.

4. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões 30 de setembro de 1976. — **Teotônio Vilela**, Presidente em exercício — **Henrique de La Rocque**, Relator — **Saldanha Derzi** — **Cattete Pinheiro** — **Danton Jobim** — **Heitor Dias** — **Dirceu Cardoso** — **José Gulomard** — **Fausto Castelo-Branco** — **Hávidio Nunes** — **Mauro Benevides**.

**EXPEDIENTE RECEBIDO**

**LISTA Nº 01, DE 1977, EM 7 DE MARÇO DE 1977**

**Comunicação de eleição e posse — Prefeitos:**

— do Município de Traipu — AL; do Município de Messias — AL; do Município de Minador do Negrão — AL; do Município de Batalha — AL; do Município de Iguaí — BA; do Município de Itapê — BA; do Município de Cândido Sales — BA; do Município de Governador Mangabeira — BA; do Município de Itapebi — BA; do Município de Nova Soure — BA; do Município de Ipuirara — BA;

do Município de Central — BA; do Município de Ouricangas — BA; do Município de Dom Basílio — BA; do Município de Antonio Cardoso — BA; do Município de Pindobaçu — BA; do Município de Itaju do Colonia — BA; do Município de Boninal — BA; do Município de São Desidério — BA; do Município de Itamarí — BA; do Município de Ribeirão do Amparo — BA; do Município de Guaratinga — BA; do Município de São Félix — BA; do Município de Acajutiba — BA; do Município de Itapitanga — BA; do Município de Aratuípe — BA; do Município de Morpará — BA; do Município de Água Fria — BA; do Município de Ibirapoa — BA; do Município de Mascote — BA; do Município de Ibiquera — BA; do Município de Meruoca — CE; do Município de Itapiúna — CE; do Município de Aiuaba — CE; do Município de Mantenópolis — ES; do Município de Diorama — GO; do Município de Pium — GO; do Município de Miranorte — GO; do Município de Monte Alegre de Goiás — GO; do Município de Penalva — MA; do Município de Pedreiras — MA; do Município de Brejo — MA; do Município de Vitorino Freire — MA; do Município de Bequimão — MA; do Município de Grajaú — MA; do Município de Gonçalves Dias — MA; do Município de Passagem Franca — MA; do Município de São Raimundo das Mangabeiras — MA; do Município de Igarapé Grande — MA; do Município de Pindaré Mirim — MA; do Município de Amarante do Maranhão — MA; do Município de Arari — MA; do Município de Alto Paraguai — MT; do Município de Brasilândia — MT; do Município de Lima Duarte — MG; do Município de Ouro Fino — MG; do Município de Divino — MG; do Município de Curvelo — MG; do Município de Januária — MG; do Município de Fronteira — MG; do Município de Belo Monte — MG; do Município de Mantena — MG; do Município de Araújos — MG; do Município de Araçuaí — MG; do Município de Inhapim — MG; do Município de Nova Serrana — MG; do Município de Itapagipe — MG; do Município de Jeceaba — MG; do Município de Tumiritinga — MG; do Município de Pedro Teixeira — MG; do Município de Aracitaba — MG; do Município de Cássia — MG; do Município de André Fernandes — MG; do Município de Sobralia — MG; do Município de São Geraldo — MG; do Município de Soledade de Minas — MG; do Município de Berilo — MG; do Município de São José da Sofira — MG; do Município de Maripá de Minas — MG; do Município de São Tomé das Letras — MG; do Município de Malacacheta — MG; do Município de Muzambinho — MG; do Município de Faria Lemos — MG; do Município de Santa Efigênia de Minas — MG; do Município de Jacinto — MG; do Município de Engenheiro Caldas — MG; do Município de Tabuleiro — MG; do Município de Coronel Pacheco — MG; do Município de Taiobeiras — MG; do Município de Santa Rita do Itueto — MG; do Município de Carmo da Cachoeira — MG; do Município de S. Miguel do Guamá — PA; do Município de Magalhães Barata — PA; do Município de Tucuruí — PA; do Município de Bala da Traição — PB; do Município de Duas Estradas — PB; do Município de Puxinanã — PB; do Município de Rio Tinto — PB; do Município de Aguiar — PB; do Município de Santana dos Garotos — PB; do Município de Jurez Távora — PB; do Município de Boa Ventura — PB; do Município de Cruz do Espírito Santo — PB; do Município de Barra de Santa Rosa — PB; do Município de São José do Piauí — PI; do Município de São João do Miriti — RJ; do Município de São José do Campestre — RN; do Município de Caraubas — RN; do Município de Jaçanã — RN; do Município de Alto do Rodrigues — RN; do Município de Santana do Mato — RN; do Município de São Vicente — RN; do Município de São Sebastião do Cai — RS; do Município de Venâncio Aires — RS; do Município de Concórdia — SC; do Município de Águas de Chapecó — SC; do Município de Itapicirica da Serra — SP; do Município de Tremembé — SP; do Município de Barretos — SP; do Município de Santa Rosa de Viterbo — SP; do Município de Piquerobi — SP; do Município de Fernando Prestes — SP; do Município de Santa Clara D'Oeste — SP; do Município de Votuporanga — SP; do Município de Pacaembu — SP; do Município de Mombuca — SP; do Município de Japoatã — SE; do Município de Cedro

de São João — SE; do Município de Macambira — SE; do Município de Araçagi — PB; do Município de Santa Fé — PR; do Município de Nova América da Colina — PR; do Município de Feira Nova — PE; do Município de Brejão — PE; do Município de Ipubi — PE; do Município de Glória do Goitá — PE; do Município de Bodocó — PE; do Município de Jurema — PE; do Município de Granito — PE; do Município de Vitória de Santo Antão — PE; do Município de Jupi — PE; do Município de Itapetim — PE; do Município de Gravatá — PE; do Município de Água Preta — PE; do Município de Chã de Alegria — PE; do Município de Francisco Santos — PI; do Município de São Julião — PI; do Município de Itainópolis — PI; do Município de Prata do Piauí — PI; do Município de Picos — PI; do Município de Floriano — PI; do Município de Manoel Emídio — PI; do Município de Miguel Leão — PI; do Município de Barreiras do Piauí — PI; do Município de São Francisco — PI.

#### Comunicação de Eleição e Posse — Mesa Diretora:

da Câmara Municipal de Jacuípe — AL; da Câmara Municipal de Arapiraca — AL; da Câmara Municipal de Ouro Branco — AL; da Câmara Municipal de Capela — AL; da Câmara Municipal de Coruripe — AL; da Câmara Municipal de São José da Lage — AL; da Câmara Municipal de Macapá — AP; da Câmara Municipal de Itacoatiara — AM; da Câmara Municipal de Autazes — AM; da Câmara Municipal de Benjamin Constant — AM; da Câmara Municipal de Uauá — BA; da Câmara Municipal de Cansanção — BA; da Câmara Municipal de Santo Antonio de Jesus — BA; da Câmara Municipal de Barreiras — BA; da Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa — BA; da Câmara Municipal de Alagoinhas — BA; da Câmara Municipal de Antonio Cardoso — BA; da Câmara Municipal de Itaju do Colonia — BA; da Câmara Municipal de Acajutiba — BA; da Câmara Municipal de Correntina — BA; da Câmara Municipal de Teolândia — BA; da Câmara Municipal de Itapebi — BA; da Câmara Municipal de Penaforte — CE; da Câmara Municipal de Quixadá — CE; da Câmara Municipal de Cariús — CE; da Câmara Municipal de São Luis do Curu — CE; da Câmara Municipal de Fundão — ES; da Câmara Municipal de Aurilândia — GO; da Câmara Municipal de Nerópolis — GO; da Câmara Municipal de Goianópolis — GO; da Câmara Municipal de Almas — GO; da Câmara Municipal de S. Bárbara de Goiás — GO; da Câmara Municipal de Niquelândia — GO; da Câmara Municipal de Cabeceiras — GO; da Câmara Municipal de Monte do Carmo — GO; da Câmara Municipal de Xambioá — GO; da Câmara Municipal de Guapó — GO; da Câmara Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus — GO; da Câmara Municipal de Araguaçu — GO; da Câmara Municipal de Gonçalves Dias — MA; da Câmara Municipal de São Sepé — RS; da Câmara Municipal de Pedreiras — MA; da Câmara Municipal de Altamira do Maranhão — MA; da Câmara Municipal de Turiaçu — MA; da Câmara Municipal de Bequimão — MA; da Câmara Municipal de Parnarama — MA; da Câmara Municipal de Sítio Novo — MA; da Câmara Municipal de Vargem Grande — MA; da Câmara Municipal de Arari — MA; da Câmara Municipal de Presidente Dutra — MA; da Câmara Municipal de Luis Domingues — MA; da Câmara Municipal de Tuntum — MA; da Câmara Municipal de Penalva — MA; da Câmara Municipal de Fortuna — MA; da Câmara Municipal de Coroatá — MA; da Câmara Municipal de Timbiras — MA; da Câmara Municipal de Rio Verde do Mato Grosso — MT; da Câmara Municipal de Aquidauana — MT; da Câmara Municipal de Curvelo — MG; da Câmara Municipal de Tabuleiro — MG; da Câmara Municipal de Januária — MG; da Câmara Municipal de Governador Valadares — MG; da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira — MG; da Câmara Municipal de Delfim Moreira — MG; da Câmara Municipal de Uberaba — MG; da Câmara Municipal de Corinto — MG; da Câmara Municipal de Taquaraçu de Minas — MG; da Câmara Municipal de Jeceaba — MG; da Câmara Municipal de Ladainha — MG; da Câmara Municipal de Breves — PA; da Câmara Municipal de S. Sebastião da Boa Vista — PA; da Câmara

Municipal de Itaituba — PA; da Câmara Municipal de Marabá — PA; da Câmara Municipal de Jacaraú — PA; da Câmara Municipal de Boqueirão dos Cochos — PB; da Câmara Municipal de São José das Piranhas — PB; da Câmara Municipal de Duas Estradas — PB; da Câmara Municipal de Barra de Santa Rosa — PB; da Câmara Municipal de Rio Tinto — PB; da Câmara Municipal de Arcoverde — PE; da Câmara Municipal de Água Preta — PE; da Câmara Municipal de Bodocó — PE; da Câmara Municipal de Bezerras — PE; da Câmara Municipal de Chã de Alegria — PE; da Câmara Municipal de També — PE; da Câmara Municipal de Jurema — PE; da Câmara Municipal de Garanhuns — PE; da Câmara Municipal de Brejão — PE; da Câmara Municipal de Maraial — PE; da Câmara Municipal de Toritama — PE; da Câmara Municipal de Nazaré da Mata — PE; da Câmara Municipal de Granito — PE; da Câmara Municipal de Buenos Aires — PE; da Câmara Municipal de Caruaru — PE; da Câmara Municipal de Aliança — PE; da Câmara Municipal de Palmares — PE; da Câmara Municipal de Caetés — PE; da Câmara Municipal de Belém de Maria — PE; da Câmara Municipal de Volta Redonda — RJ; da Câmara Municipal de Miracema — RJ; da Câmara Municipal de Sapucaia — RJ; da Câmara Municipal de Nilópolis — RJ; da Câmara Municipal de Duque de Caxias — RJ; da Câmara Municipal de Itaboraí — RJ; da Câmara Municipal de Duas Barras — RJ; da Câmara Municipal de Santa Maria Madalena — RJ; da Câmara Municipal de Cruzeta — RN; da Câmara Municipal de Messias Targino — RN; da Câmara Municipal de Cacequi — RS; da Câmara Municipal de Porto Alegre — RS; da Câmara Municipal de Frederico Westphalen — RS; da Câmara Municipal de Luis Alves — SC; da Câmara Municipal de Itapiranga — SC; da Câmara Municipal de Itaiópolis — SC; da Câmara Municipal de Orleans — SC; da Câmara Municipal de Caxambu do Sul — SC; da Câmara Municipal de Mococa — SP; da Câmara Municipal de Castilho — SP; da Câmara Municipal de Taiuva — SP; da Câmara Municipal de Guarujá — SP; da Câmara Municipal de Dumont — SP; da Câmara Municipal de Santa Rosa de Viterbo — SP; da Câmara Municipal de Presidente Prudente — SP; da Câmara Municipal de Bilac — SP; da Câmara Municipal de S. João do Pau D'Alho — SP; da Câmara Municipal de S. Benedito do Sul — PS; da Câmara Municipal de Laranjal Paulista — SP; da Câmara Municipal de Sorocaba — SP; da Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP; da Câmara Municipal de Teodoro Sampaio — SP; da Câmara Municipal de Pacaembu — SP; da Câmara Municipal de Pirapozinho — SP; da Câmara Municipal de Araraquara — SP; da Câmara Municipal de Barretos — SP; da Câmara Municipal de Aracaju — SE; da Câmara Municipal de Japoatã — SE.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 1976, do Sr. Senador Otto Lehmann, que altera os arts. 11 e 37 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que deu nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 3, DE 1977

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requeremos a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel e Ministro An-

gelo Calmon de Sá, no dia 9 de fevereiro, no Palácio do Planalto, na cerimônia de posse como Ministro da Indústria e Comércio.

Sala das Sessões, 4 de março de 1977. — **Lourival Baptista — Ruy Santos — Henrique de La Rocque.**

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — O requerimento lido, nos termos do art. 233, § 1º, do Regimento Interno, será submetido ao exame da Comissão Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Há oradores inscritos.

**O Sr. Eurico Rezende** (ARENA — ES) — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eurico Rezende, como Líder.

**O SR. EURICO REZENDE** (ARENA — ES. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para que conste nos Anais da Casa e na memória do País, vou proceder à leitura de dois expedientes.

O primeiro, é uma carta dirigida, no dia 5 recém-transato, pelo ilustre Ministro das Relações Exteriores do Brasil, ao Exmº Sr. Embaixador dos Estados Unidos da América, cujo texto integral é o seguinte:

“Senhor Embaixador:

O Governo brasileiro pauta sua conduta internacional por rigorosa e invariável adesão aos princípios cardeais do Direito Internacional, entre os quais sobressai o da não ingerência de um Estado em assuntos internos de outro.

2. O Governo brasileiro tomou conhecimento, hoje, de que o Poder Executivo norte-americano submeteu ao Congresso dos Estados Unidos da América, Programa de Assistência Militar (*Security Assistance*) no qual está contemplado o Brasil. Tal assistência requer, entretanto, que órgãos do Governo norte-americano procedam a uma avaliação crítica da situação interna brasileira, o que contraria os princípios acima referidos.

3. Em consequência, comunico a Vossa Excelência que, plenamente cômico de seus deveres e responsabilidades, o Governo brasileiro recusa, de antemão, qualquer assistência no campo militar que dependa, direta ou indiretamente, de exame prévio, por órgão de Governo estrangeiro, de matérias que, por sua natureza, são de exclusiva competência do Governo brasileiro.

4. Assim agindo, o Brasil mantém-se fiel à tradição de sua História, aos compromissos solenemente contraídos na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos, e firme na convicção de estar fortalecendo uma ordem internacional fundada na igualdade de direitos entre os Estados.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.”

Está assinada pelo Sr. Chanceler.

O outro expediente é matéria remetida para os jornais, e por via de consequência, para a opinião pública:

“Na tarde de ontem, o Conselheiro para Assuntos Políticos da Embaixada dos Estados Unidos da América entregou à Chancelaria Brasileira um memorandum relativo à mensagem que o Poder Executivo norte-americano enviará ao Congresso sobre a assistência militar oferecida por esse País. Segundo os termos do memorandum, a legislação norte-americana sobre a “Assistência para a Segurança” requer do Poder Executivo a representação ao Congresso dos Estados Unidos da América um relatório referente à situação interna de cada país a ser beneficiado por essa assistência. O memorandum se fazia acompanhar de relatório sobre o Bra-

sil. O qual contém comentários e julgamentos tendenciosos e inaceitáveis.

Tal exame, por órgão do Governo norte-americano, constitui uma violação ao princípio de não-interferência, que ambos os Governos subscreveram ao assinar a Carta da ONU e a Carta da OEA, e é tradição em seu relacionamento bilateral.

O Brasil sempre pautou suas relações exteriores pelo mais estrito cumprimento das obrigações de respeito mútuo e de não-interferência nos assuntos internos dos outros países. O que considera a base mesma da convivência internacional.

O Governo Brasileiro, nessa conformidade, devolveu, ontem mesmo, à Embaixada dos Estados Unidos da América, o memorandum referido.

Por nota da mesma ata, o Governo Brasileiro comunicou ao Governo norte-americano a recusa de sua inclusão no programa de assistência militar.

Texto da nota à Embaixada dos Estados Unidos da América:

"Senhor Embaixador,

O Governo Brasileiro pauta sua conduta internacional por rigorosa e invariável adesão aos princípios cardeais do Direito Internacional, entre os quais sobressai o da não-interferência de um Estado em assuntos internos de outro.

O Governo brasileiro tomou conhecimento, hoje, de que o Poder Executivo norte-americano submeteu ao Congresso dos Estados Unidos da América programa de assistência militar no qual está contemplado o Brasil. Tal assistência requer, entretanto, que órgãos do Governo norte-americano procedam a uma avaliação crítica da situação interna brasileira, o que contraria os princípios acima referidos.

Em consequência, comunico a Vossa Excelência que, plenamente cômico de seus deveres e responsabilidades, o Governo brasileiro recusa, de antemão, qualquer assistência no campo militar que dependa, direta ou indiretamente, de exame prévio, por órgãos de Governo estrangeiro, de matérias que, por sua natureza, são de exclusiva competência do Governo brasileiro.

Assim agindo, o Brasil mantém-se fiel à tradição de sua História, aos compromissos solenemente contraídos na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização dos Estados Americanos, e firme na convicção de estar fortalecendo uma ordem internacional fundada na igualdade de direitos entre os Estados.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 26 de janeiro, em Salvador, o Ministro Ney Braga, representando o Presidente Ernesto Geisel, instalou a 4ª Reunião do Forum Pan-americano para o Estudo da Adolescência, com a presença de inúmeros especialistas de renome internacional, bem como do Governador Roberto Santos, dos Senadores Luiz Viana e Heitor Dias, autoridades, educadores e universitários, cerca de 1.000 participantes entre profissionais e estudantes, para assistirem às conferências, cursos e debates.

Tive a honra de representar, naquela solenidade, o eminente Senador Magalhães Pinto, então Presidente do Congresso Nacional.

O certame atingiu plenamente seus objetivos, merecendo o apoio, não só de autoridades, cientistas e estudiosos de assuntos do setor, bem como de toda a imprensa brasileira.

Não poderia deixar de citar, nominalmente, os especialistas internacionais que atenderam ao convite dos organizadores da reunião, bem como o interesse com que trataram os temas oficiais da sua agenda de trabalho. Eram eles:

— Dr. Armando Barriguet — do México.

— Dr. Francisco Cobas — da Colômbia.

— Dr. Irineu Fileto Brito Gomes — de Cabo Verde.

— Dr. Otto Kernberg — De USA.

— Dr. Alberto Goldin — da Argentina.

— Dr. Santiago Korin — da Argentina.

— Dr. Juan Carlos Kusnetzof — da Argentina.

— Dr. Rodolfo Urribarri — da Argentina.

— Dr. Max Hernandez — do Peru e

— Drª Margaret Mead — USA, que é um nome respeitado em todo o mundo pelo seu profundo saber em antropologia.

Ressalto, ainda, a presença do ilustre Professor Gustavo Lage, Presidente do Forum Pan-americano para Estudo do Adolescente para América do Norte e Presidente da Sociedade Americana de Psiquiatria, que, com o brilho de sua inteligência, valorizou os esforços dos psiquiatras brasileiros e interessados no assunto, que trabalham em áreas correlatas.

Quero, por fim, congratular-me com os Professores Carlos Castellar Pinto e Luiz Carlos Ozório, respectivamente, Presidente e Secretário do Forum para América Latina, e com a Professora Maria Eugênia Vianna Nery, que, na Presidência do Forum, com a Comissão Organizadora, tudo fizeram para o êxito alcançado por quantos estiveram na Bahia, durante tão importante encontro científico, que representou, para o nosso País, uma tomada de consciência em relação a um tema tão angustiante para todos os que pretendem garantir aos jovens de hoje um futuro seguro, pacífico e capaz de assegurar às novas gerações um mundo melhor.

Concluindo, solicito a inclusão do discurso proferido pelo Ministro Ney Braga, na abertura da 4ª Reunião do Forum Pan-americano para o Estudo da Adolescência, para que faça parte integrante deste meu discurso. (Muito bem!)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURI- VAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

*Discurso proferido pelo Ministro Ney Braga, no dia 26 de janeiro de 1977, em Salvador, na instalação da reunião do forum Pan-americano para o estudo da adolescência.*

Desejo saudar, de início o eminente Governador da Bahia, Prof. Roberto Santos pela sua dedicação ao bem público e pelo trabalho do seu Governo.

Ao povo baiano a minha saudação com a mesma identificação nacional que todos os brasileiros sentem nesta terra, berço de uma História. Estar na Bahia é cultivar os nossos valores mais caros e admirar, na arte soberana de sua paisagem, a cultura viva que explode em todos os seus recantos.

Aos que representam países amigos a saudação fraternal do Brasil, pelo seu Governo, numa reafirmação de que somos realmente irmãos no ideal da construção de um futuro que tenha preservados os valores espirituais perenes que são básicos para a sociedade em que vivemos.

Meus Senhores,

É oportunidade que estimula, reunir especialistas para estudo da adolescência. Todos sabemos que o futuro depende da nossa capacidade de formar as novas gerações e no caso do Brasil, este postulado assume natureza fundamental. Somos um País de jovens. Enfrentamos com resultados positivos, a grande transição para o desenvolvimento pleno. Sentimos os problemas crescentes da acelerada urbanização. E, com isso, temos um elenco de problemas que afetam a adolescência e para os quais empenhamos o nosso esforço nacional para dar-lhes solução adequada.

Todos os que nos preocupamos com aquele período da vida humana que encerra à infância e prepara a idade adulta, sentimos um peso maior da divisão das responsabilidades sociais. A alternativa do comportamento do adolescente pode estender-se da incompreensão com os valores do presente à dificuldade de estabelecer valores próprios para a construção do futuro. E, de permeio, toda a sorte de indagações pessoais sobre a vida social. Não resta dúvida que existe a convergência de princípios éticos comuns, que inspiram e geram soluções ideais de participação da juventude na vida do presente e na conquista do futuro.

A nossa responsabilidade maior é manter os moços em permanente identificação com a sociedade em que vivem. E, dizendo isto, não estou querendo imobilizar a criatividade. Pretendo, ao contrário, que a juventude descubra valores pessoais próprios e compreenda o sentido e o alcance daqueles outros que são predecessores e, muitas vezes inspiradores.

Há uma dupla linha de ação no desempenho desta responsabilidade: preparar os jovens para o futuro e preparar o futuro para os jovens.

A pretensão de preparar a mocidade para o futuro é uma tarefa delicada.

Nós todos sabemos que não devemos tratar a adolescência e a juventude como um problema. Seria um modo sutil de marcar uma distância. Seria reduzi-la à condição de objeto de nossas reflexões. O jovem não é um objeto de pesquisa e de indagações alheio a nós, como a estrutura molecular para o físico e o químico. Ele é o nosso próprio ser que se projeta para o futuro. É essa consciência que inspira nossos trabalhos e nossos esforços. Ela nos fará compreender que o que marca o início desse período da vida humana é precisamente o fato de que o adolescente começa a se afirmar como personalidade autônoma; começa a assumir o seu próprio destino humano. Prepará-lo para o futuro não pode, assim, ter outro sentido senão o de colaborar com ele nesse momento grave de sua vida. A aceleração do ritmo das mudanças, que caracteriza a fase da cultura que atravessamos dá um sentido novo à colaboração que os adolescentes têm o direito de esperar de nossa experiência. Seria vão resumir essa colaboração na transmissão de um simples pacote de conhecimentos classificados, destinados à rápida obsolescência. Ao revés, temos de criar condições concretas para que desenvolvam sua imaginação criadora; temos de prepará-los para eles mesmos equacionarem os seus problemas, e resolvê-los.

Colaborar com eles significa, hoje, criar condições para iniciá-los no trabalho em equipe, no espírito de cooperação; é habituá-los a superar os estímulos de uma concorrência egoísta, para ver no outro, não o rival potencial, mas o colaborador na vitória sobre os desafios comuns. Colaborar com eles significa, principalmente, prepará-los para o uso responsável da liberdade, condição fundamental para um mundo melhor. Tal preparação seria impossível se não soubéssemos estimulá-los a participar seriamente nas decisões que definirão o futuro que será deles.

É esta a segunda linha de ação pela qual passa nossa responsabilidade para com a juventude. Não apenas preparar o jovem para o futuro, porém, principalmente, preparar o futuro para os jovens.

Também nós fomos moços para a geração que nos precedeu. E, assim, colhemos o fruto das decisões que foram tomadas por nós. O futuro que devemos preparar para a juventude de hoje não se encontra na convergência de construções requintadas de cunho teórico. Esse futuro, pelo contrário, será o resultado de um pequeno número de possibilidades que agora decidimos criar. O desafio não é propriamente prever o futuro, mas criá-lo. Um futuro no qual nossos jovens e adolescentes descubram que tem sentido viver. Nós todos sabemos que o que dá sentido à vida é mais importante que a vida. A nossa responsabilidade, portanto, é encontrar conjuntamente alternativas coerentes para o processo civilizatório.

É caminho certo fomentar o renascimento espiritual que deve invadir a sociedade para afastar o foco materialista que a todos

ameaça. E sabemos perfeitamente que todos buscamos, a cada momento, a realização da sociedade solidária.

Nos nossos dias esse esforço deve ser realmente coletivo. Vivemos num mundo ameaçado pela escassez de recursos não renováveis e desafiado a encontrar novas formas de realização humana a baixos custos ecológicos.

A participação da mocidade representa a incorporação de um patrimônio rico em expectativas e capacidade de oferta. E, ao nosso lado, reforçarão o contingente dos que se preocupam com as angústias do mundo: dos que, assim preocupados, querem abrir as represas do imobilismo para erguer um mundo que substitua a coexistência pela convivência, e o egoísmo pelo amor ao próximo entre os homens e as nações.

Nem tudo será possível corrigir, mas novos caminhos poderão ser abertos. Isto será bastante para incentivar as novas gerações a revezar-nos na conquista desses novos horizontes que nós lhes fizemos entrever como possíveis. E vamos unidos para combater o bom combate. Com fé e confiança. Vamos unidos para manter a crença no futuro, os mais jovens e os menos jovens, na comunhão fraterna de ideais. Vamos trabalhar pela existência de um mundo melhor para os que vierem depois de nós, em continuidade sempre renovada que faz toda a beleza da aventura humana.

A mensagem que trago do Presidente Ernesto Geisel é a certeza de que a contribuição dos senhores neste Forum Pan-Americano será relevante e criadora.

Por seu exemplo pessoal, o Presidente Ernesto Geisel tem mostrado que dentre as imensas responsabilidades do homem de estado está realmente a de preparar o futuro.

Preparar o futuro significa, em última análise, compreendê-lo. Compreendê-lo de tal forma que pelas decisões de hoje sejam beneficiadas as gerações de amanhã.

Meus Senhores:

Inspirados por estes ideais, sabemos que de nosso esforço depende o futuro dos adolescentes de hoje. Todos os que estamos bem compreendemos o valor do tema a ser tratado. A presença dos senhores é estímulo. Estímulo para todos os que têm a mesma preocupação. À dedicação pessoal de cada um eu agradeço de modo especial, com a plena convicção de que os senhores estão prestando relevante contribuição na construção de um mundo melhor. Assim, trago para os senhores, para satisfação minha, os cumprimentos do Senhor Presidente da República e, com o meu respeito e admiração pela obra que realizam, externo o que sinto com alma: muito obrigado e felicidades, sempre.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Senadores:

Publicado foi o relatório da PETROBRÁS, referente ao ano de 1976, e, como tenho feito todos os anos, proponho-me, hoje, a tecer alguns comentários sobre os tópicos mais significativos do referido relatório.

Valer-me-ei do original que tenho em mãos, publicado em **O Globo** do dia 3 do corrente mês.

Quanto ao item Exploração, diz o relatório:

"Os investimentos dedicados às pesquisas de novas jazidas superaram em 85% os de 1975, atingindo montante de Cr\$ 4.229 milhões."

Quanto aos investimentos na Produção, diz o Relatório:

"As aplicações totais no desenvolvimento da produção atingiram a Cr\$ 1.572 milhões, superando em 56% o montante correspondente ao ano anterior."

## Refinação:

"O processamento do petróleo bruto atingiu 53,6 milhões de m<sup>3</sup>, 6,4% acima do registrado no ano precedente."

## Item Transportes. Diz o relatório:

"No final do exercício, a Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE) constituía-se de 48 navios, perfazendo 2,6 milhões de toneladas de porte bruto, representando acréscimo de 13% relativamente a 1975."

## Item PETROBRÁS. Distribuidora S.A.:

"O faturamento bruto atingiu a 24 bilhões de cruzeiros, com acréscimo de 74% em relação ao ano anterior."

## Sobre o Faturamento:

"As vendas brutas realizadas pelas empresas do Sistema PETROBRÁS totalizaram 109 bilhões de cruzeiros, ou seja, mais de 65% em relação ao ano anterior."

## Finalmente, sobre o Lucro Líquido:

"Este atingiu a 10 bilhões e 69 milhões de cruzeiros, em um crescimento portanto de 74,5% sobre 1975."

Registraram-se, como se viu, aumentos percentuais muito expressivos em vários setores de atividade da empresa. Houve um setor, porém, e justamente aquele que é a própria razão de ser da PETROBRÁS — tanto que seu nome é Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima — em que não há acréscimo a festejar, mas decréscimo a lamentar. Foi o setor da produção de petróleo.

Com efeito, diz textualmente o relatório:

"A produção de petróleo situou-se em nove milhões e 702 mil metros cúbicos, pouco inferior à obtida em 1975."

E agora comento eu: os 9 milhões e 702 mil metros cúbicos de 1976, se comparados aos 9 milhões e 979 mil metros cúbicos de 1975, representam uma diminuição de apenas 2,8%; mas se comparados com a produção de 1974, a percentagem negativa sobe para 5,8%. Na verdade, a produção de 1976 foi mesmo 4,6% menor que a produção do já distante ano de 1969. Portanto, em termos de relatórios anuais, até agora, a auto-suficiência vai em marcha à ré.

Desejo confrontar o lucro líquido de 10 bilhões e 69 milhões e a produção de apenas 9 milhões e 702 mil metros cúbicos. Em face desses dois números tão contrastantes, repito o que já disse aqui anteriormente: a Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima vai bem, mais o petróleo brasileiro vai mal.

Passemos a ver agora a correlação produção-consumo, que bem reflete o quanto contribui o petróleo caboclo no consumo nacional: em 1967, a relação produção-consumo era de 38,5%; em 1968, baixou para 36,9%; e, depois, para 36,7%, para 33,9%, para 31%, para 26,7%, para 26,6%, para 21,4%, para 19,8%, e, afinal, em 1976, a correlação fixou-se em 17,7%. Ou seja: de cada 100 barris de petróleo consumidos no Brasil, apenas 17 barris e 7 décimos vêm das entranhas do solo pátrio.

Discursando, neste plenário, a 18 de agosto de 1972, concluí que a produção no ano anterior, 1971, correspondia a 31% do consumo. E, continuando, disse que, há dez anos a situação era a seguinte: "produção: 5,5 milhões de metros cúbicos; consumo: 11 milhões de metros cúbicos".

A produção, portanto, era de 50% do consumo!

Então, lancei estas perguntas:

"E daqui a dez anos? Em 1981, teremos nós alcançado a auto-suficiência? Manteremos em 0,31 a relação produção-demanda? Ou esta baixará mais ainda?"

A seguir, arrisquei-me a fazer uma previsão, argumentando:

"A resposta simplesmente aritmética — que não considera a influência do consumo na vertiginosa expansão da

Rede Rodoviária Nacional — nos é dada pela projeção do comportamento do decênio anterior. Fazendo a extrapolação, concluiremos que, em 1981, estaremos produzindo e consumindo, respectivamente, 17 milhões e 600 mil metros cúbicos e 91 milhões e 640 mil metros cúbicos, ou seja, a produção dará apenas para 19% do consumo."

O Senador Ruy Santos, então exercendo, eventualmente, a Liderança, deu-me honroso aparte, do qual destaco as seguintes passagens:

"Embora não acredite que cheguemos a ter o petróleo suficiente para o nosso consumo, também não acredito que possamos manter o percentual de demanda que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, em 19%."

E mais adiante, disse o eminente Senador da Bahia:

"As considerações de V. Ex<sup>a</sup> são perfeitas, acredito não chegaremos nunca a ter o suficiente para o consumo, entretanto, acho que não ficaremos naqueles 19% de extrapolação que V. Ex<sup>a</sup> faz."

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Com muito prazer, eminente Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — É uma grande honra para mim estar sendo citado por V. Ex<sup>a</sup>, que é um companheiro brilhante e estudioso dos nossos problemas. Continuo, ainda, sem pessimismos, a não acreditar que a nossa situação seja a prevista por V. Ex<sup>a</sup> para 1981. Os seus dados, a sua apresentação é perfeita, mas 1981 está ainda distante quatro anos, e eu acredito que os poços descobertos, que o trabalho que está sendo feito, principalmente na Bahia, para recuperar os poços exaustos, que o trabalho feito para redução de gastos de gasolina, tudo isso, enfim, contribua para não se chegar à situação desenhada por V. Ex<sup>a</sup>, para 1981.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Faço coro, meu eminente colega, com os bons augúrios de V. Ex<sup>a</sup>. E, afinal de contas, se V. Ex<sup>a</sup> se enganou esperando que a correlação produção-consumo não descesse ao nível de 19%, enganei-me eu também, que esperava que só fosse atingida em 1981. Infelizmente, a PETROBRÁS chegou aos 19% antes mesmo da metade do decênio considerado — 1971/1981 — vez que ao fim de 1976 a correlação produção-consumo estava em 17,7%.

Consolemo-nos nós dois, eminente Senador Ruy Santos, com enganos muitíssimos mais extravagantes do que os nossos, cometidos por autoridades detentoras de verdadeiro arsenal de assessoramento e de informação.

Assim é que o Sr. Ministro Reis Velloso — está aqui no recorte de *O Globo* de 9 de novembro de 1974, sob o título: "Produção Brasileira crescerá 30% em 1975". São palavras atribuídas ao Ministro Reis Velloso:

São Paulo (*O Globo*) — O horizonte mundial já começa a desanuviar-se, mesmo em relação ao petróleo. E, no próximo ano, já teremos um substancial aumento na produção interna de 30 por cento, aproximadamente, com os novos campos já conhecidos.

E vem a notícia, mais pormenorizada:

"Foi o que afirmou ontem o Ministro João Paulo dos Reis Velloso, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, durante almoço da Casa Teuto-brasileira, realizado no Clube Transatlântico."

Este agora é o meu comentário: Se a previsão do eminente Ministro Reis Velloso tivesse sido concretizada, a PETROBRÁS, em 1976, teria extraído diariamente 53.200 barris acima da produção de



1974, que era de 177.400 barris diários. Ao invés, extraiu somente 167.200 b/d, ou seja, 10.200 barris menos que em cada dia do ano de 1974.

Também o General Araken de Oliveira andou fazendo reiteradas afirmações, que estão brigando com os fatos. O Presidente da PETROBRÁS, segundo recorte de **O Globo**, de 4 de junho de 1975, sob o título "Cinquenta mil barris dias já em 77", diz:

Brasília (**O Globo**) — O presidente da PETROBRÁS, General Araken de Oliveira, anunciou ontem que o campo de Garoupa estará produzindo entre o fim de 1976 e princípios de 1977 cerca de 50 mil barris diários de petróleo. Isso representará uma economia de 500 mil dólares por dia ao País.

E, no mesmo dia, o nosso **Diário de Brasília**, sob o título "Poço de Garoupa, produzirá 50 mil barris diários até 76" reproduz a esperança do mesmo General, com o seguinte comentário:

"O general Araken de Oliveira, presidente da PETROBRÁS, anunciou, ontem, depois de uma audiência com o Presidente Geisel, que o poço de Garoupa, no litoral fluminense, deverá produzir, já no final de 1976, cerca de 50 mil barris de petróleo por dia, através de uma plataforma provisória a ser instalada na área."

Pouco adiante, em 7 de agosto de 1975, portanto, dois meses depois, o General foi um pouco mais modesto. Tenho em mãos o recorte de **O Globo**, sob o seguinte título: "PETROBRÁS antecipou para 1976 o começo da exploração de Garoupa". A notícia é a seguinte:

Brasília (**O Globo**) — O presidente da PETROBRÁS, General Araken de Oliveira, informou ontem que foi antecipada para o final de 1976 a exploração provisória, do Petróleo de Garoupa, na bacia de Campos (RJ), que, de início, deverá oferecer 10 mil barris diários."

Esta afirmação foi por ocasião do III Seminário de Dirigentes de Empresas de Energia Elétrica, realizada no Hotel Nacional de Brasília.

Dias depois — tenho o recorte da **Gazeta Mercantil** de São Paulo, do dia 15 de agosto — o General confirma com a seguinte notícia dada por Ricardo Bueno:

"O sistema provisório da produção que a PETROBRÁS adotará para aproveitar os poços pioneiros da bacia de Campos, que deverá começar a produzir cerca de 40 mil barris/dia no final de 1976, ou no início de 1977."

Foi o que declarou o General Araken de Oliveira, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Por fim, não em jornais, não em Clubes do Rio de Janeiro ou São Paulo, mas aqui nesta Casa, na Comissão de Minas e Energia, o General Araken de Oliveira, no dia 12 de novembro de 1975, confirmou essa sua expectativa dos 40 mil barris/dia, no final de 1976. A notícia, literalmente, é a seguinte:

"Brasília — O presidente da PETROBRÁS, General Araken de Oliveira, assegurou ontem que em 1979 ou 1980 o Brasil produzirá pelo menos 500 mil barris diários de petróleo e que o Campo de Garoupa, através do sistema provisório de exploração, produzirá inicialmente, já no final de 1976 ou princípio de 1977, cerca de 40 mil barris/dia.

As informações do General Araken de Oliveira foram prestadas durante conferência que fez para as Comissões de Economia e de Minas e Energia do Senado."

A esta altura, parece não restar nenhuma esperança de que tenhamos a ter o óleo de Garoupa ainda este ano. A notícia veiculada pelo **Jornal do Brasil** de 27 de janeiro de 1977 tirou-me as derradeiras esperanças.

Ei-la:

"SISTEMA DE GAROUPA JÁ TEM ATRASO MÍNIMO DE 3 MESES E PRODUÇÃO PODE INICIAR EM 78.

A entrada em produção do Sistema Provisório de Garoupa, prevista para o final de setembro, já tem garantido um atraso de pelo menos três meses, podendo ocorrer só em 1978."

Depois, **O Estado de S. Paulo**, do dia 20 de janeiro deste ano, traz a seguinte notícia:

"GAROUPA

Contrato no valor de Cr\$ 14.280 mil foi firmado ontem pela PETROBRÁS com a firma inglesa CJB Offshore Limited para prestação de assistência técnica a ser empregada no sistema definitivo de produção do campo de Garoupa, no litoral do Rio de Janeiro. O contrato abrange também acompanhamento, por equipes especializadas, das diversas fases de instalação de equipamentos no sistema provisório de produção daquela área."

Era este sistema que daria óleo no final de 1976.

A mim me parece, em face desta notícia, se indispensável, este contrato deveria ter sido firmado muito antes, há um ou dois anos. Faltou, pois, previsão, planejamento e **know-how** à empresa estatal.

Outro ponto que está merecendo severos reparos da Imprensa é a lentidão da marcha dos contratos de risco. Foi em 9 de outubro de 1974 que a PETROBRÁS recebeu autorização do Presidente Geisel para firmar contratos com cláusulas de risco. Decorridos são dezessete meses e apenas três contratos foram assinados, obrigando-se as três companhias estrangeiras a investir, em conjunto, US\$ 38,5 milhões. Um quarto contrato, com a EXXON, está ainda sendo objeto de negociações.

Em perfurações no mar, com lâminas d'água de 200 m, como é, geralmente, o caso das áreas selecionadas, a importância de US\$ 38,5 milhões não permitirá a perfuração de mais de oito poços. Na Plataforma Continental, para cada poço positivo, há quatro poços secos ou subcomerciais. Fiz este levantamento louvado na reportagem do **Jornal do Brasil**, conduzida por Ênio Bacelar, que, no campo dos jornalistas, é uma espécie de "papa do petróleo", porque ninguém na Imprensa conhece mais de petróleo brasileiro do que Ênio.

Para 238 poços já perfurados, apenas 48 foram positivos, com óleo, e outros com petróleo. Isto diz que, na Plataforma Continental, apenas 20% dos poços são positivos, ou seja, de cada 5 perfurações apenas uma dá óleo ou gás em níveis comerciais.

Logo, dos 8 poços a serem feitos sob risco das contratantes, é muito provável que apenas dois deles sejam positivos. Admitindo-se uma vazão média de dois mil barris diários para cada um, obteremos 4 mil barris diários.

Se os futuros contratos de risco continuarem a se desenvolver nesta mesma lentidão, daqui a dez anos, isto é, em 1987, todo petróleo deles proveniente somará, muito provavelmente, apenas 20 mil barris diários.

Ora, em 1987, o consumo diário de petróleo no Brasil andarà, pelo menos, na casa dos 2 milhões de barris, número diante do qual tornam-se deveras insignificantes os 20 mil barris a serem obtidos com os contratos de risco.

São fatos como estes que nos levam a pensar se há ou não razão no que lemos na revista **Exame**, de 28 de abril de 1976, neste tópico:

"Permitir, que a própria PETROBRÁS se encarregue de administrar os contratos de risco é o mesmo que incumbir a raposa de zelar pelos pintos."

A propósito, **O Globo**, de 1º decorrente, em sua conceituada seção Panorama Econômico, diz:

"Uma das empresas que apresentaram proposta à PETROBRÁS para participar dos contratos de risco fez che-

gar, há cerca de um mês, ao conhecimento do Presidente Geisel, fatos que comprovavam a existência de um esquema montado dentro da empresa estatal para retardar ao máximo a análise das propostas. A veracidade da denúncia, segundo consta, ficou confirmada pelas investigações efetuadas por ordem do Presidente."

É bem possível — e a falta de informações oficiais levam-nos a esta ilação — que a recente exoneração de três diretores da PETROBRÁS tenha muito a ver com a procrastinação dos contratos de risco. Tanto mais que o Ministro Ueki vem de fazer severas críticas à eficiência da empresa, conforme revelação ainda do Panorama Econômico de *O Globo*, de 3-3-77. Estas críticas estão também no *copy-desk* que hoje nos foi distribuído.

O "Panorama Econômico" assim reproduz as críticas do Ministro Ueki:

#### "PETROBRÁS: PRODUZIR MAIS E GASTAR MENOS

O Ministro Ueki falou cerca de uma hora na primeira reunião com a nova diretoria da PETROBRÁS, quarta-feira última, em Brasília. Do que disse, conclui-se que os novos diretores da empresa estão colocados diante de dois desafios principais: imprimir ritmo mais veloz à produção de óleo e racionalizar os custos.

O "Panorama Econômico" conseguiu apurar os pontos principais da fala do Ministro:

1 — a pesquisa e a produção de óleo terão que ser dinamizadas;

2 — os diretores da empresa deverão assumir riscos, tomando decisões em tempo hábil;

3 — os longos e intermináveis estudos precisam ser evitados;

4 — a PETROBRÁS, por ser a maior empresa da América Latina, precisa dar exemplos de economia e rigidez em seus critérios administrativos, trabalhando sempre dentro dos padrões internacionais de produtividade;

5 — é preciso deter o empreguismo, reduzindo a folha de pagamentos da empresa, porque no ano passado, entre salários, encargos sociais e outros benefícios, foram gastos mais de US\$ 500 milhões.

O Ministro Ueki se disse surpreso com a despesa do Departamento de Exploração e Produção da PETROBRÁS, em um ano em que a produção nacional de óleo diminuiu.

Insistindo na tecla de que é preciso fazer economia, o Ministro destacou um exemplo que embora possa parecer de menor importância tem grande efeito psicológico: criticou o fato de que o edifício-sede, na Av. Chile, fique iluminado durante toda a noite, o que repercutiu negativamente no público."

... Em face do que venho de ler e dizer, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, cabe-me apenas um derradeiro argumento. É que tudo isto vem dar carradas de razão ao Informe Econômico do *Jornal do Brasil* de 16 de novembro de 1975, que em sua parte final, pondo o dedo na ferida, assim concluiu:

"Na realidade, na opinião de observadores ligados à própria PETROBRÁS, o principal problema do petróleo no País, neste momento e ainda durante muito tempo, não será de fundo político, mas de eficiência administrativa pura e simples."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Nos termos do disposto no inciso VI do art. 16 do Regimento Interno, concedo a palavra ao nobre Senador Daniel Krieger.

**O SR. DANIEL KRIEGER** (ARENA — RS) — Sr. Presidente do Senado Federal, Srs. Senadores:

O ex-Embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, deu entrevista, nas páginas amarelas, à revista *Veja*, entrevista essa que merece, na sua totalidade, um exame acurado. Esse exame, porém, não me compete, e sim às Lideranças do Governo. A mim caberia a defesa, se o Sr. Lincoln Gordon tivesse acusado o Presidente Castello Branco, do qual fui Líder, ocasião em que fui, também, Presidente da ARENA, mas S. Ex<sup>a</sup> faz a ressalva e elogia aquele grande homem público brasileiro. Portanto, me restringirei ao exame de uma declaração que, a meu ver, atinge profundamente o Congresso Nacional. Refiro-me à revelação que faz S. Ex<sup>a</sup>, segundo a qual, na eleição de 1963, Senadores e Deputados teriam solicitado à Embaixada americana e as empresas americanas auxílio monetário para disputarem as eleições, tendo o Governo americano entrado com uma quantia, que ele não pode precisar, de 1 milhão a 5 milhões de dólares, sendo o IBAD o que mais recebeu, para transferir o "auxílio" aos parlamentares.

**O Sr. Ruy Santos** (ARENA — BA) — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. DANIEL KRIEGER** (ARENA — RS) — Pois não.

**O Sr. Ruy Santos** (ARENA — BA) — V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem em formular esse protesto. Nessa época eu era parlamentar; era Deputado e até então não sabia onde ficava a Embaixada americana. Quanto ao IBAD, não pertenci a esse organismo montado na Câmara. Mas, quero assegurar a V. Ex<sup>a</sup> que, parlamentar há 31 anos, nunca solicitei a ninguém, mesmo a particulares brasileiros, auxílio para minha eleição. E, como eu, acredito, muitos companheiros e muitos parlamentares brasileiros.

**O SR. DANIEL KRIEGER** (ARENA — RS) — Sr. Presidente, aqui está um trecho da entrevista à qual me referi:

*Veja* — Quanto dinheiro americano foi gasto na campanha de 1962?

**Gordon** — Faz muito tempo, não tenho a ajuda de documentos para me lembrar. Sei que os pedidos eram muito maiores do que o que se atendia. Certamente foi muito mais de 1 milhão de dólares, e eu não ficaria surpreso se tivesse chegado a 5 milhões de dólares. Mas não era uma importância enorme, não eram dezenas de milhões de dólares. Havia um tempo por candidato.

*Veja* — Quão generalizada era a prática?

**Gordon** — Os pedidos eram insistentes e vinham de todos os lados.

*Veja* — Eles vinham diretamente ao senhor?

**Gordon** — Não, eu não tinha nada a ver com isso, diretamente. Eles falavam com os cônsules, com os homens de negócios americanos, gente que eles sabiam ter contato com a embaixada.

*Veja* — Eram os mesmos que o senhor classificou serem da John Birch Society?

**Gordon** — Não, não. Muito mais amplo que isso, todos os tipos de gente. Muitos eram do PSD, UDN e mesmo petebistas. Se você vir a lista do pessoal apoiado pelo IBAD perceberá que a definição de "democrata" era muito ampla..."

Sr. Presidente, eu era líder da União Democrática Nacional; e duvido que homens do meu Partido tenham solicitado qualquer ajuda estrangeira para disputar eleição.

**O Sr. Eurico Rezende** (ARENA — ES) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DANIEL KRIEGER** (ARENA — RS) — Pois não.

**O Sr. Eurico Rezende** (ARENA — ES) — Quero me associar às manifestações, sobretudo ao protesto indignado de V. Ex<sup>a</sup> porque

uma notícia dessa natureza, sem citar nomes, pode colocar a todos nós, diante da opinião pública, em posição incômoda. Devo dizer, de minha parte — e creio que da mesma maneira como redarguiu o eminente Senador Sr. Ruy Santos — que jamais fui à Embaixada Americana, a não ser recentemente, para obter visto em passaportes de pessoas de minha família, que se destinaram aos Estados Unidos. Jamais tive — e acredito que todos os nossos colegas tiveram essa conduta — qualquer ligação com qualquer órgão espúrio de propaganda eleitoral ou de motivação ideológica, sob este ou aquele pretexto. Seria até saudável que o Sr. Lincoln Gordon mencionasse os nomes beneficiados para um contraditório válido e para que não ficassem sob suspeição todos os membros do Congresso brasileiro.

**O SR. DANIEL KRIEGER (ARENA — RS) —** Agradeço o aparte ponderado e inteligente de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DANIEL KRIEGER (ARENA — RS) —** Pois não.

**O Sr. José Sarney (ARENA — MA) —** Senador Daniel Krieger, V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, presta um grande serviço ao Parlamento. Estou aqui para me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>, no protesto que ora faz, sobre as declarações do ex-Embaixador Lincoln Gordon. Aproveito, mesmo, o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, para dizer que o ex-Embaixador Lincoln Gordon está na obrigação de nominar todos aqueles congressistas que receberam fundos da Embaixada ou de Agências Internacionais referidas na sua entrevista. Dessa maneira, ele também prestaria um serviço ao Congresso, separando o joio do trigo. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. DANIEL KRIEGER (ARENA — RS) —** Agradeço o aparte do Senador Eurico Rezende e...

**O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DANIEL KRIEGER (ARENA — RS) —** Pois não, Senador.

**O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA) —** Nobre Senador Daniel Krieger, é necessário também que tragamos a nossa solidariedade, na hora em que V. Ex<sup>a</sup> tão bem defende a honra de parlamentares, por certo injustamente acusados, na nota que está comentando. Mas é preciso que se faça a história. Estávamos na Câmara dos Deputados e foi por isso que chegamos até ao agosto Plenário para pedir permissão a V. Ex<sup>a</sup> para este aparte. O IBAD, que congregava um grande número de Srs. Deputados e dele não participamos era presidido pelo nosso saudoso companheiro João Mendes, notável homem público. Durante a sua vida, ninguém teve a audácia de acusá-lo porque no dia em que o fizeram ele teve a ombridade de solicitar uma Comissão Parlamentar de Inquérito que rebuscando, ouvindo centenas de depoimentos, concluiu pela total improcedência das acusações que eram feitas ao órgão que ele dirigia. O nobre Deputado João Mendes, que não vive mais, ocupou, com muito destaque, uma cadeira de Ministro do Superior Tribunal Militar e lá a morte foi buscá-lo. Não é possível assim que se deixe passar uma acusação tão injusta, de forma concreta, contra o IBAD que teve a presidi-lo um dos homens mais honrados que participaram do Congresso Nacional.

**O SR. DANIEL KRIEGER (ARENA — RS) —** Agradeço os apertes...

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) —** Permite V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador? (*Assentimento do orador.*) O MDB, embora na ausência do seu Colégio de Líderes não poderia, entretanto, deixar em branco um registro sobre mais um grande serviço que V. Ex<sup>a</sup> presta à Nação. Permito-me ousar falar em nome da minha Bancada para assegurar a V. Ex<sup>a</sup> o apoio do Movimento Democrático Brasileiro no esclarecimento desses fatos injuriosos ao Poder Legislativo.

**O SR. DANIEL KRIEGER (ARENA — RS) —** Agradeço os apertes que demonstram a dignidade do Congresso e a grandeza da representação. Não posso, é lógico, admitir que se acuse a Casa que integramos, nem a Câmara dos Deputados, porque reputo injusta a acusação.

Quando vim à tribuna, fi-lo apenas com um propósito: deixar registrado que, como Líder de partido, nunca tive o menor entendimento com a Embaixada Americana, dela nunca recebi e nem nunca lhe pedi nenhum amparo e quero dizer que, pessoalmente, recusei do IBAD a colaboração que ele me ofereceu, porque é do meu feito disputar as eleições sem nenhum auxílio, amparado apenas no coraço e na consciência do povo brasileiro. (Palmas.)

Não sei porque, Sr. Presidente, a nação americana, que merece de todos nós o maior respeito e a maior admiração (pois ele é, indiscutivelmente, o baluarte do mundo democrático), tem se desmandado em tantos erros, demonstrando a insensibilidade da sua diplomacia. (Muito bem!) Quando os dirigentes deviam procurar somar, porque a hora é da soma e não da divisão, eles agredem àqueles que sempre foram solidários com o seu grande país e sempre defenderam os princípios democráticos que consagram a grandeza das nações.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que desejo, portanto, é deixar expresso o meu ponto de vista inicial. Malraux já dizia que a maior responsabilidade do homem é consigo mesmo. Repilo frontalmente a afronta e reitero que nunca pedi auxílio a ninguém, muito menos iria pedir ajuda ao estrangeiro para eleger-me representante do Rio Grande do Sul nesta Casa, que é uma das glórias da Nação. (Muito bem!)

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Congresso não pode ficar indiferente às acusações, não pode ficar submisso, não pode ficar degradado. O Congresso tem que resguardar a personalidade que advém das grandes instituições e deve repelir sempre, com coragem e com grandeza, as acusações injustas que lhe são feitas. Assim, os Parlamentares devem, sempre, também, agir de acordo com a sua consciência e com os princípios que os trouxeram a esta Casa, defendendo, com destemor, aqueles postulados que constituem a grandeza da Pátria e que são a liberdade, o progresso e a independência dos Poderes, para que possamos ser uma democracia, porque a democracia é o sonho almejado por todos os povos. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) —** Ainda nos termos do disposto no inciso VI do artigo 16 do Regimento Interno, concedo a palavra ao nobre Senador Saldanha Derzi.

**O SR. SALDANHA DERZI (ARENA — MT. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) —** Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em nome da Bancada de Mato Grosso, lamento ter que levar ao conhecimento desta Casa e de toda a Nação o falecimento, na última sexta-feira, de um extraordinário mato-grossense, um homem público de alto patriotismo, um homem que deu da sua mocidade, da sua capacidade de trabalho, da sua lealdade e da sua altivez, muito pelo meu Estado de Mato Grosso.

Trata-se do falecimento do Sr. Júnior Müller, ex-Deputado, ex-Interventor e ex-Governador de Mato Grosso.

Júlio Müller, realmente, governou o meu Estado numa das fases mais difíceis, em que a nossa capital era totalmente isolada do resto do Estado de Mato Grosso. Ele, com a sua capacidade de trabalho, com o seu dinamismo e, sobretudo, com amor ao nosso Estado, deu tudo que podia dar em benefício do progresso e do desenvolvimento do Estado e da nossa capital.

Foi um homem que iniciou modernizando a nossa Cuiabá, que não tinha sequer um hotel onde hospedar uma autoridade. Ele, com o sacrifício dos cofres públicos estaduais, fez um moderno hotel, um cinema, um teatro. Fez a ponte de cimento armado, talvez a primeira no Estado de Mato Grosso, ligando Cuiabá à Várzea Grande e ao extremo Norte de Mato Grosso.

Um homem hábil, um político realmente de sensibilidade, deu ele toda a sua capacidade de trabalho em benefício do nosso Estado de Mato Grosso.

De família tradicional, Júlio Müller era irmão do extraordinário brasileiro de quem até hoje o meu Estado e o Brasil sentem a perda, aquele que, realmente, foi uma das estrelas que sempre brilhou no cenário político nacional, que é o nosso saudoso Filinto Müller.

Também seu irmão, outro mato-grossense ilustre, ex-Governador do Estado de Mato Grosso, Fenelon Müller, falecido há pouco, destacou-se como homem público.

De uma família realmente ilustre Júlio Müller, é o último dos varões dos Müller, da geração que desaparece no Estado de Mato Grosso.

Realmente o nosso Estado deve a essa família o amor e sobretudo o espírito público que ela a ele dedicou; são homens afeitos tanto à vida particular, como à vida pública. Júlio Müller deixa uma numerosa família. Sua esposa, Dona Maria Ponces Müller, é irmã daquele extraordinário homem público mato-grossense, também ex-Deputado, ex-Governador — o Deputado Ponces de Arruda, uma família que é orgulho para o Estado de Mato Grosso. Continuam seus filhos, quer na vida particular, quer na vida pública, a dar a contribuição, o amor, o patriotismo que deu essa família ao nosso Estado.

É com grande sentimento que, em nome da Bancada de Mato Grosso, solicito à Mesa que faça chegar a sua família o nosso pesar, o pesar desta Casa, o pesar dos políticos, pelo falecimento desse extraordinário mato-grossense, que foi Júlio Müller.

**O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. SALDANHA DERZI (ARENA — MT)** — Com muito prazer.

**O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA)** — Não poderia deixar de dizer, na hora em que V. Exª traz ao conhecimento do Senado o falecimento de Júlio Müller que também sentimos, profundamente, o evento. Presidíamos o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, quando tivemos a ventura de visitar Cuiabá e lá estava Júlio Müller com seus amigos e, por coincidência, naquele instante, recordamo-nos bem, ele presidia o PTB. Foi de um carinho extraordinário conosco: preparou-nos uma recepção festiva e nos mostrou a Capital de Mato Grosso; cercou-nos de todas as atenções, para que trouxéssemos de lá a certeza da grandeza do coração do filho que nasce nesse prodigioso torrão brasileiro. Em suas andanças pela então Capital da República, freqüentava muito o nosso gabinete. Podemos dizer a V. Exª, nobre Senador, que todos os seus pleitos, todos os seus anseios, suas pretensões visavam única e exclusivamente ao bem-estar e à felicidade do povo mato-grossense. É por isso que, quando V. Exª traz ao Plenário sua palavra de dor, não poderíamos deixar de dizer, também, que embora maranhenses, tivemos a ventura de privar da intimidade desse filho ilustre da terra de V. Exª, que acaba de desaparecer.

**O SR. SALDANHA DERZI (ARENA — MT)** — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Henrique de La Rocque; mais uma testemunha do alto espírito público de Júlio Müller. A família Müller, como todos sabem, jamais deixou de participar da vida pública e política de Mato Grosso. Na outra Casa do Congresso, na Câmara dos Deputados, temos o eminente mato-grossense também, que é Deputado Federal, filho do ex-Governador Fenelon Müller e sobrinho de Júlio Müller, que é o Deputado Gastão Müller.

No mais, Sr. Presidente, em nome da Bancada de Mato Grosso, solicitamos, mais uma vez, que faça V. Exª chegar à família Müller o pesar desta Casa pelo desaparecimento desse ilustre mato-grossense que, realmente, era um homem de espírito público, com amor acendrado ao Estado de Mato Grosso — o extinto Júlio Müller. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — A Mesa se associa ao pesar de Mato Grosso pelo desaparecimento do ex-Interventor e ex-Parlamentar Júlio Müller e tomará as providências requeridas pela Bancada, na forma regimental.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Durante o recesso parlamentar, realizou-se em Fortaleza, um importante conclave de natureza econômica, promovido sob os auspícios da Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará — entidade que congrega o mundo empresarial do Estado.

Nos dias 17 e 18 de fevereiro tiveram lugar as conferências e debates programados, cujo objetivo era o recolhimento de sugestões para o combate às secas do Nordeste.

Convidados pelo presidente da conceituada instituição, Sr. João Luis Ramalho de Oliveira, participaram do magno Encontro políticos, técnicos, estudiosos das questões nordestinas, discutindo a problemática da carência de chuvas naquela área do território brasileiro.

Esta Casa fez-se representar pelos Senadores Dinarte Mariz, Jessé Freire, Virgílio Távora e por mim, com ausências justificadas, por razões ponderáveis, dos eminentes colegas Wilson Gonçalves, Helvídio Nunes, Agenor Maria, Paulo Guerra, Rui Carneiro, igualmente instados a proferir palestras no referido certame.

A imprensa fortalezense ofereceu a mais ampla cobertura à iniciativa da FACIC, conforme se infere do seguinte editorial de **Tribuna do Ceará**, publicado na edição de 5 de fevereiro último. Diz o editorial:

“A FACIC prooverá, a 17 e 18 do corrente, um conclave para debater os métodos de combate à seca. Não se trata de analisar a filosofia do Governo que visa a reduzir os danos da estiagem, mas as medidas adotadas para enfrentar as irregularidades climáticas, no momento em que irrompem.

É irrecusável que o Governo tem aprimorado o esquema global que objetiva mudar as estruturas do Nordeste, para torná-lo mais apto a enfrentar os invernos escassos e as secas cíclicas.

Os projetos de irrigação, o POLONORDESTE, o PROTERRA, o PROJETO SERTANEJO são exemplos de como o poder público está encarando o Nordeste sob enfoque mais realístico, dotando-o de instrumentos mais adequados para conviver com uma climatologia incerta, que condiciona outros fatores limitativos do desenvolvimento.

O FINOR representou uma modificação salutar na sistemática dos incentivos fiscais, de que têm resultado benefícios expressivos para as empresas que implantam projetos na região nordestina. As recentes alterações introduzidas no sistema, que erradicaram privilégios até então concedidos ao Fiset e permitiram a dedução de imposto de renda de empresas estatais em favor do FINAM e do FINOR, aumentaram o fluxo de recursos para o Nordeste. O aumento dos percentuais do FPM foi outra medida benéfica, que melhorou as receitas estaduais e, por via de consequência, fortaleceu a economia regional.

O Presidente Geisel tem demonstrado o propósito firme de executar uma política econômica destinada a reduzir os desníveis interregionais e intrarregionais, a fim de que o desenvolvimento do País se torne menos desarmônico. Agora mesmo, quando o Governo está empenhado na execução de um programa de austeridade econômico-financeira, que compreende a desaceleração das obras públicas e a contenção dos meios de pagamento, o Nordeste tem sido poupado do rigorismo contensivo, como o demonstram várias decisões do Governo da União.

Em tais condições, o Nordeste nada tem a reclamar do atual Governo — “e o editorialista quem fala, Sr. Presidente” — que lhe tem dispensado um tratamento especial de favorecimento, que evidencia ser o Presidente Geisel o melhor amigo com quem já contamos, na Chefia do Executivo Federal.

O conclave que a FACIC vai promover, com a participação de técnicos, dirigentes de órgãos governamentais que têm vinculação com o Nordeste e lideranças políticas e empresariais da região, visa a examinar os métodos adotados para enfrentar a emergência das secas.

Os líderes empresariais e várias figuras políticas entendem que a instalação de frentes de serviço não constituem o meio mais adequado para enfrentar as secas, por conterem falhas que lhe comprometem seriamente a utilidade. As obras realizadas raramente deixam quaisquer resquícios favoráveis, pois geralmente nada significam, em termos econômicos. Via de regra, desfazem-se rapidamente, às primeiras chuvas, porque o trabalho se processa às pressas, sem cuidados técnicos, susceptível de ser destruído facilmente. As estradas assim construídas — meros caminhos de barro — têm apenas a finalidade de socorrer os flagelados da seca, mas não lhes dão uma ocupação efetivamente útil nem fortalecem minimamente a estrutura das propriedades agrícolas.

O ideal seria que se buscassem fórmulas capazes de amparar os camponeses e os pequenos proprietários rurais mediante a execução de um plano preestabelecido que, afinal, resultasse na melhoria da estrutura do setor primário nordestino.

A seca é uma realidade climática inafastável, que não pode ser ignorada como dado permanente no quadro do Nordeste semi-árido. Portanto, os órgãos que se vinculam à problemática nordestina, comandados pela SUDENE, precisam armar com antecedência um programa estável para aplicação em emergências climáticas que são constantes, a fim de que os socorros prestados na hora da calamidade percam o caráter de improvisação.

As frentes de serviços datam dos tempos em que o País não contava com planejamento. Depõem contra nossa capacidade administrativa, que ainda não criou novas armas para lutar contra uma realidade ora totalmente modificada pela dinâmica dos acontecimentos sócio-econômicos.

No Nordeste de hoje, onde há uma consciência comunitária a respeito de seus problemas, as frentes de serviço são uma excrescência injustificável, que precisa ser substituída por uma programação estável, que funcione automaticamente como dispositivo e, ao mesmo tempo, de amparo ao homem e fortalecimento da estrutura agropecuária, nos períodos de seca.

Ao reunir técnicos renomados, o Superintendente da SUDENE, o Presidente do BNB, o Diretor Geral do DNOCS, Senadores, Deputados, líderes empresariais estudiosos dos problemas regionais, o Presidente da FACIC, João Luis Ramalho de Oliveira, pretende colher subsídios para apresentar à Presidência da República sugestões representativas do pensamento médio das lideranças nordestinas sobre o importante problema.”

Este editorial da **Tribuna do Ceará**.

Sr. Presidente:

Como homem do Nordeste, identificado com o secular problema da estiagem, tantas vezes já abordado por ilustres senadores e por mim nesta Casa, relacionei algumas sugestões que me pareceram viáveis para a minimização dos efeitos decorrentes daquele fenômeno climático.

Antes, no trabalho que elaborei, fiz um retrospecto de alguns fatos que, no passado, como no presente, continuam a desafiar as li-

deranças mais lúcidas e atuantes da Região, no que tange ao equacionamento do problema das secas.

E me detive na apreciação do Projeto Sertanejo para, no final, lamentar que as dotações a ele consignadas, com desembolso estabelecido no exercício de 1976, tenham permanecido sem liberação, até 31 de dezembro passado.

Recordei, então, que, com aquele programa destinado às zonas semi-áridas do Nordeste, estava publicamente comprometido o próprio Presidente da República que, com reconhecida boa vontade, se deslocou a Recife, no dia 20 de agosto, para promover o lançamento oficial do “Sertanejo”.

Os 180 milhões mantiveram-se intactos nos cofres públicos, de onde infelizmente não saíram, deixando desesperançados os que vislumbraram no novo Projeto melhores perspectivas imediatas para o atendimento à vasta faixa do Polígono.

É de esperar que o montante dos recursos alocados, cuja discriminação integra expressamente o texto do Decreto nº 78.299, de 23 de agosto de 1976, e que alcança a cifra de 1 bilhão e duzentos milhões, até 1979, não venha a sofrer reduções ou adiamentos no cumprimento do respectivo cronograma de pagamentos.

Como não poderia deixar de ser, conclamei todas as correntes de opinião do Nordeste para que se congraçassem atentamente, a fim de preservar conquistas já asseguradas e pleitear o acolhimento de novas reivindicações, diretamente vinculadas aos nossos anseios desenvolvimentistas.

E reclamei, sobretudo, que a SUDENE, o Banco do Nordeste do Brasil e o DNOCS, dirigidos, de forma exemplar, por José Lins de Albuquerque, Nilson Holanda e José Osvaldo Pontes, respectivamente, obtivessem tratamento prioritário por parte do Poder Público Federal, a fim de que pudessem cumprir, sem maiores embargos, os seus elevados objetivos institucionais.

Foram as seguintes, Sr. Presidente, as sugestões que formulei no Conclave da FACIC, como necessárias à intensificação da tarefa de combate às secas no Nordeste:

1. Intensificação dos estudos relacionados com a Nucleação Artificial, numa ação conjugada da FUNCEME, da SUDENE e do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, de São José dos Campos.

2. Execução das obras, para a retenção de água (açudes e poços), nas pequenas e médias propriedades, nos termos concebidos pelo Projeto Sertanejo.

3. Alocação de recursos adicionais ao DNOCS, que possibilitem o cumprimento de suas metas de irrigação e drenagem.

4. Implantação de técnicas agronômicas modernas para as lavouras xerófilas.

5. Estabelecimentos de novos moldes estruturais para a produção agropecuária e estímulos maciços à agroindústria.

6. Construção de 30 novas barragens de longo prazo para controlar o curso dos grandes rios, dentro de planejamento que vem sendo procedido, segundo já se divulgou, pela assessoria técnica do DNOCS.

7. Observância dos cronogramas de desembolso fixados para tornar exequível o Projeto Sertanejo.

8. Avigoreamento da SUDENE, com ampla divulgação do FINOR junto aos investidores de outras regiões, para consolidação do setor industrial, dentro das prioridades básicas da programação governamental para o Nordeste.

9. Obtenção de novas fontes de recursos para o BNB, assegurando gradativa expansão de suas atividades, na faixa do crédito rural e no atendimento à pequena e média empresa.

10. Destinação de razoável percentual do “recolhimento restituível”, para obrigatória aplicação no Polígono, dentro de prioridades a serem fixadas conjuntamente pela SUDENE, BNB e DNOCS.

No momento, a direção da Federação da Associação do Comércio e Indústria do Ceará elabora circunstanciado Documento a ser

submetido ao Presidente Ernesto Geisel, consubstanciando medidas reputadas de indiscutível relevância por reduzir os efeitos da estiaagem em nossa região.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE)** — Com prazer, nobre Senador Agenor Maria.

**O Sr. Agenor Maria (MDB — RN)** — Senador Mauro Benevides, relativamente às preocupações do Nordeste a respeito do problema climático, com a participação de V. Exª nesse simpósio, quero aproveitar a oportunidade para me congratular com V. Exª e, ao mesmo tempo, colocar-me à sua disposição para qualquer problema daquela região. Muito obrigado a V. Exª

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE)** — Sei que V. Exª nobre Senador Agenor Maria, é um dos estudiosos da problemática nordestina. Foi uma pena que V. Exª, naquela data, não tivesse podido aquiescer ao convite da FACIC; lá estiveram eminentes colegas nossos, tais como os Senadores Dinarte Mariz, Jessé Freire, Virgílio Távora e eu próprio, para discussão dessa temática, que vem fazendo com que em torno dela sejam concentradas as atenções de todas as camadas sociais do Nordeste.

Portanto, nobre Senador Agenor Maria, se V. Exª, tiver, a respeito deste tema — como acredito que tenha — qualquer sugestão, poderá encaminhá-la à direção da FACIC, pois neste exato momento aquela instituição elabora um documento básico a ser submetido ao Senhor Presidente da República, com as sugestões, as indicações de todos quanto participaram daquele simpósio.

Queira Deus, Sr. Presidente, possa o Chefe da Nação viabilizar tais sugestões no menor espaço de tempo possível, abrindo, em consequência, horizontes, mais favoráveis para o crescimento do Nordeste e o bem-estar de seus trinta milhões de habitantes. (Muito bem! Palmas.)

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Paulo Guerra — Augusto Franco — Dirceu Cardoso — Osires Teixeira — Accioly Filho.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 4, DE 1977

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "Falácias de uma Crise", de autoria do jornalista Edson Lobão, publicado no **Correio Braziliense**, edição do dia 6 corrente.

Sala das Sessões, 7 de março de 1977. — **Braga Júnior.**

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — De acordo com o art. 233, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento lido será submetido ao exame da Comissão Diretora.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Esgotado o tempo destinado ao Expediente, passa-se à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1974, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a obrigatoriedade de doar sangue, tendo

**PARECER**, sob nº 826, de 1976, da Comissão: — **de Constituição e Justiça**, pela injuridicidade.

Em discussão o projeto quanto à juridicidade. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 1974

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de doar sangue.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Dos dezoito (18) aos quarenta (40) anos de idade o cidadão brasileiro é obrigado a doar sangue, uma vez, a cada período de trezentos e sessenta e cinco (365) dias, se for solicitado a fazê-lo.

Parágrafo único. A dispensa do cumprimento da obrigação estipulada neste artigo ocorrerá por motivos ligados à saúde do interessado, na forma em que o regulamento desta lei o determinar.

Art. 2º. A coleta de sangue humano será processada através de "bancos de sangue", hospitais, casas de saúde ou ambulatorios, estabelecimentos públicos ou privados.

Parágrafo primeiro. O sangue coletado ficará estocado em um ou mais estabelecimentos, entre os referidos no **caput** deste artigo, para uso que atenda ao interesse coletivo, sob o critério e o controle que o regulamento desta lei fixar.

Parágrafo segundo. A doação e o fornecimento de sangue são gratuitos, vedada a realização dessas operações fora da sistemática estabelecida nesta lei.

Parágrafo terceiro. O regulamento indicará a quantidade de sangue a ser extraída de cada vez, do doador, e o modo de documentar a doação.

Art. 3º. As autoridades sanitárias da União solicitarão o concurso de comandantes militares, de dirigentes de órgãos públicos de qualquer categoria, de diretores de escolas ou de empresas, para o recrutamento de doadores, em número que baste à formação ou recomposição de reserva de sangue em determinado ponto ou região do território nacional, quando o interesse público assim o exigir.

Parágrafo primeiro. O regulamento firmará normas disciplinadoras para a colaboração a ser solicitada, nos termos deste artigo, com a previsão de sanções aplicáveis a todos, doadores inclusive, que se recusarem a prestá-la.

Parágrafo segundo. Nos casos de associações esportivas ou estabelecimentos escolares, na forma que o regulamento indicar, será fixada numa cota global anual de sangue a ser doado, como exigência básica a cumprir para o recebimento de subvenções consignadas no Orçamento da União.

Art. 4º. Esta Lei será regulamentada em prazo não superior a cento e vinte (120) dias, a partir de sua vigência.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1976, do Senhor Senador Ruy Carneiro, que introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente aos vogais das Juntas, tendo

**PARECER**, sob nº 949, de 1976, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senhor Senador Otto Lehmann.

Em discussão o projeto quanto à constitucionalidade.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 1976

**“Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente aos vogais das juntas.”**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 660 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 660. A escolha dos vogais das juntas e seus suplentes far-se-á dentre os nomes constantes de listas que, para esse efeito, forem encaminhadas pelas associações sindicais ao Poder Executivo, através da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho respectivo.”

Art. 2º Ao art. 661 da Consolidação das Leis do Trabalho dê-se a seguinte redação:

“Art. 661. Para efeito do disposto no artigo anterior, cada sindicato de empregadores e de empregados, com base territorial extensiva à área de jurisdição da Junta, no todo ou em parte, procederá, na ocasião determinada pela presidência do competente Tribunal Regional, à escolha de 3 (três) nomes que comporão a lista, aplicando-se à eleição, no que couber, o art. 524.

Parágrafo único. Recebidas as listas, a presidência do Tribunal Regional encaminhá-las-á imediatamente ao Poder Executivo, que procederá à designação no prazo de 5 (cinco) dias, expedindo título para cada um deles, mediante a apresentação do qual será empossado.”

Art. 3º O art. 662 da Consolidação das Leis do Trabalho vigorará com a seguinte redação:

“Art. 662. Somente poderão figurar nas listas a que se referem os arts. 660 e 661 os que satisfizerem os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro;
- b) ter reconhecida idoneidade moral;
- c) ter idade entre 25 e 70 anos;
- d) estar no gozo dos direitos civis e políticos;
- e) estar quite com o serviço militar;
- f) contar mais de dois anos de efetivo exercício na profissão e ser sindicalizado.

Parágrafo único. A prova da qualidade profissional a que se refere a alínea f é feita mediante declaração do respectivo sindicato.”

Art. 4º O § 2º do art. 663 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 663. ....

§ 1º ....

§ 2º Na falta do suplente, por impedimento, morte ou renúncia, serão designados novo vogal e o respectivo suplente, dentre os nomes constantes das listas a que se referem os arts. 660 e 661, servindo os designados até o fim do período.”

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há ainda oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria.

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O que me traz, na tarde de hoje, a esta tribuna é um dos assuntos que falam mais de perto à economia do povo brasileiro e que, presentemente, cria em todos os recantos deste imenso continente um problema de interrogação e de expectativa.

Nos idos de 1973, o preço de um barril de petróleo era importado na base de 3 dólares. Com o boicote do petróleo passamos a pagar, a partir de janeiro de 1974, 12 dólares, ou seja, quatro vezes mais caro.

Vários países do mundo enfrentaram a crise, procurando conter o desenvolvimento da indústria automobilística, e alguns países — como a Inglaterra — se permitiram ao máximo de ver fechar as suas próprias fábricas de automóveis.

O Governo brasileiro achou por bem continuarmos vivendo a época automobilística, e a nossa indústria, que tinha em circulação no Brasil, em 1973, 3 milhões e 900 mil veículos funcionando, aumentou a fabricação e já em 1974 a frota era de 4 milhões e 200 mil veículos; em 1975 esta frota elevou-se para 5 milhões e 600 mil veículos, em 1976, o ano passado, a frota foi aumentada de 5 milhões e 600 mil para 6 milhões e 600 mil veículos.

Janeiro de 1977. O Governo, reconhecendo que só o aumento do combustível não ia conter o desenvolvimento da indústria automobilística, achou por bem gravar mais uma vez, já agora através do cupom restituível, que dá oportunidade ao Governo de, através dele, majorar a gasolina em 40%.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, acredito que esse cupom restituível irá gerar, em toda a Nação, não só o problema da inflação mas vai criar nos municípios mais longínquos da Pátria uma situação quase que irreversível. Cito, aproveitando a oportunidade, a minha região, onde temos áreas em que não existem postos de gasolina, não existem agências bancárias e o homem, despreparado, culturalmente falando, não sabe, ainda não entendeu o que é depósito, ou cupom restituível.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é evidente que o desenvolvimento da indústria automobilística do Brasil, produzindo a cada ano 80% de veículos individuais, carros de passeio, iria criar a situação que está aí.

Em 1973, quando eclodiu o boicote do petróleo, que todas as nações do mundo tomaram por base e se prepararam para enfrentá-lo, aqui, simplesmente, achamos por bem que o simples aumento do preço do combustível resolveria o problema. O Governo, reconhecendo que o problema não estava sendo resolvido como queria, estabeleceu o cupom restituível que, independentemente de encarecer a gasolina, vai criar, repito, uma situação paradoxal em nossa Pátria, pois, na hora em que se estabelecem critérios iguais para coisas completamente diferentes, o que se pode entender e subentender é que vai dificultar a vida do País. Porque, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu entendo que quem trabalha precisa de lazer, mas na hora da dificuldade não tem sentido igualar-se o lazer ao trabalho.

O depósito restituível de dois cruzeiros iguala o homem que sai no seu utilitário, de sua casa para a roça, ao homem que sai de casa num carro de luxo para o seu clube; quando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é uma coisa completamente diferente. Aquele que sai de casa no seu utilitário para o trabalho, para juntar sua produção rural, e conduzi-la, transportá-la para a sede do seu município, ele tem uma função específica de, trabalhando, produzir a riqueza do País. Aquele que sai de casa no seu carro particular em demanda do clube para o seu lazer, não se assemelha com o anterior Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Independente desse aspecto, há o problema da infra-estrutura.

Há quase dois anos, em maio de 1975, solicitei desta tribuna, e depois, particularmente, do Ministro Nascimento e Silva, que resolvesse o problema do pagamento dos pensionistas rurais, pois os velhos aposentados do interior estavam sendo esbulhados, criminosamente roubados, uma vez eles tinham de se transportar 100, 150 e até 200 km, em busca da primeira agência do Banco do Brasil, para receber a sua aposentadoria.

E eu via e dizia ao Sr. Ministro Nascimento e Silva: há utilitários transportando 25, 30 velhos, quando só têm capacidade para transportar, no máximo, 15. S. Ex<sup>a</sup>, reconhecendo que na realidade era desumano, há quase dois anos luta no sentido de descobrir uma modalidade de pagar os aposentados rurais em seus próprios municípios. E, por incrível que pareça, ainda não conseguiu a modalidade normal deste pagamento chegar às mãos do velho do campo, para ele receber no seu próprio município.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a questão do cupom restituível é por demais grave. Posso afirmar à Casa, e ao Governo, que ele vai prejudicar a força de trabalho da Nação, criando no interior do País uma situação por demais complexa, que vai prejudicar sumamente a produção brasileira.

Diante do exposto, eu não poderia calar e tinha de trazer para esta tribuna os problemas da minha região e dar conhecimento ao Governo que a medida é altamente prejudicial àqueles que trabalham no interior do meu Estado.

**O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Com muito prazer, nobre Senador Adalberto Sena.

**O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC)** — V. Ex<sup>a</sup> fala que é altamente prejudicial ao trabalhador do seu Estado, eu gostaria de generalizar um pouco mais essa sua informação. No meu Estado, embora em muitos municípios existam agências bancárias, a verdade é que o sistema não poderá ser aplicado nas bases e segundo as regras estabelecidas pelo Governo, sobretudo porque, a não ser na Capital, não temos postos de gasolina em nenhum dos outros municípios. E quanto ao que V. Ex<sup>a</sup> afirma a respeito da discriminação dessas providências, toda a Nação está vendo, todos nós estamos reconhecendo que ela representou um golpe terrível, sobretudo sobre a classe média, uma das classes menos favorecidas na atual política do Governo.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Muito obrigado, Senador Adalberto Sena.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Com muito prazer.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão em dizer da sua apreensão sobre as *simonetas* que serão instituídas no País brevemente. Se existe uma coisa neste País que recebeu a condenação unânime, é o tal depósito restituível, ou que nome se lhe dê. Tenho a impressão de que, neste País continental, ninguém fora do Governo, está a favor disso. Tanto é verdade, que nesta semana mesmo acaba de sair um documento da Confederação Nacional das Indústrias, conclamando o Governo a voltar atrás, porque segundo aquela entidade, do mais alto prestígio no País, é realmente catastrófica a adoção da medida, por todos os títulos sem valia e cheia de problemas que irão agravar a situação social brasileira. Acho, Ex<sup>a</sup>, que é hora de o Governo, atendendo ao clamor nacional, voltar atrás e pedir desculpas ao verdadeiro autor da invenção, um anônimo mineiro, que segundo consta, é o introdutor desse novo tipo de imposto camuflado, na economia brasileira.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Muito obrigado, Senador Gilvan Rocha.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os encargos sociais, a modificação da filosofia tributária em 1977, o Imposto de Renda sobre a pessoa física, as tarifas de telefone, água, luz a cada mês subindo neste País, sobrecarregando por demais o povo brasileiro e enriquecendo as empresas estatais, tudo isto nos deixa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estarrecidos. Não entendo, a cada ano que passa, as empresas estatais a ganharem mais dinheiro e as tarifas aumentando. À proporção que essas tarifas de telefone, água e luz aumentam, levando à empresa estatal lucros maiores, cria-se, entre o pequeno e o médio, uma situação até vexatória. Poucos são, hoje, no Brasil, que podem manter telefone, água e luz. No meu Estado não há um assalariado, hoje, que, com o salário de Cr\$ 501,30 possa ter luz elétrica ligada na sua casa, possa ter água encanada na sua casa, porque realmente o salário de Cr\$ 501,30 não responde absolutamente por uma obrigação a cada dia mais gravosa, num poder de compra a cada dia mais limitado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho justo que a TELEBRÁS, a ELETROBRÁS, ganhem dinheiro, mas dentro de uma possibilidade em que o povo possa responder por esses lucros astronômicos.

Li, questão de há vinte dias, que o Banco do Brasil registrou, no ano passado, o seu maior lucro da história deste País; se não me falha a memória, seis bilhões e meio foi o lucro registrado pelo Banco do Brasil, em janeiro de 1977.

O que fez o Banco do Brasil? Elevou as taxas de juros do setor rural; elevou as taxas de juros do setor rural por que e para quê?

A agricultura brasileira continua carreando para o mercado internacional mais de 60 por cento do que representam as nossas divisas. E sabemos que ela, através de uma migração intensiva, a cada dia se esvazia mais e é um setor que precisa ser tratado com o maior carinho, com o maior desvelo, para que o homem continue na agricultura, no interior, a produzir a matéria-prima e o alimento de que tanto necessitamos.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Dá V. Ex<sup>a</sup> licença para um aparte, eminente Senador?

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Com o maior prazer, Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Ouvimos em silêncio V. Ex<sup>a</sup> e seus dignos apartes. Faltou apenas um dos representantes do MDB se pronunciar, dos presentes aqui à Casa. Com toda serenidade, sobre o discurso de V. Ex<sup>a</sup> digo que ele abrange desde o restituível, passando pela indústria automobilística e, depois, tece críticas as mais severas sobre o Imposto de Renda-Pessoa Física e sobre o enriquecimento das empresas estatais. Se não nos enganamos, o espectro está aí lançado. Inicialmente, o Governo sabe perfeitamente, e já dissemos não uma, mas algumas vezes, que a medida do chamado depósito restituível não é medida popular, não é medida simpática, não é medida que seria a receber aplausos, é uma das alternativas entre isso e o racionamento draconiano tão pleiteado pelo Partido de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa. Segundo: o desenvolvimento da indústria automobilística, diz V. Ex<sup>a</sup>, que foi o responsável por tal. A indústria automobilística — se memória não nos falhe — vem com sua implantação dos idos de 1957 a esta parte. Terceiro: o que nós ouvimos sempre aqui do MDB — na palavra insuportável do eminente Vice-Líder do mesmo para assuntos econômicos, o representante fluminense, Senador Roberto Saturnino — é justamente clamar por maior Imposto de Renda à pessoa física, é justamente clamar por maior apoio às indústrias estatais, é justamente afirmar que esse lucro aparente das indústrias estatais é necessário para que elas se desenvolvam. Mas, neste ponto, permitimo-nos começar a mostrar a V. Ex<sup>a</sup> além da parte opinativa — que a cada qual lícito é externar como deseja —, haver alguns enganos de V. Ex<sup>a</sup>. Diz V. Ex<sup>a</sup>, o Banco do Brasil o que faz com o lucro todo? Aumenta os juros da Agricultura. Eminente Senador, o Banco do Brasil não aumentou juros de agricultura alguma. Quem aumenta os juros da Agricultura, a decisão desse aumento de juros é do órgão ao qual o Banco do Brasil



está subordinado e quando o fez foi pelas grandes distorções, havidas, não na terra de V. Ex<sup>a</sup>, não na nossa terra, que somos regiões pobres, mas em regiões mais ricas do Brasil onde havia vazamento de recursos de um setor para outros setores, aos quais não estavam destinados. Queremos deixar bem claro que o Banco do Brasil é apenas o instrumento financeiro do Governo. Ele, por si só, não aumenta juro algum. Apenas cumpriu as decisões dos órgãos a ele superiores na artéria financeira, isto é: o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional. Estamos com V. Ex<sup>a</sup>, também partícipes, assim como todo o povo brasileiro. Não é apenas V. Ex<sup>a</sup> o detentor dessa preocupação pelo aumento havido, sob a forma restituível ou não, do custo do combustível, seja do automotor, seja do óleo combustível para as indústrias. Gostaríamos de deixar bem claro que foi uma alternativa: ou a racionalização, ou o racionamento, e sabe V. Ex<sup>a</sup> por V. Ex<sup>a</sup> e mais outros tantos. Era o primeiro aparte que gostaríamos de dar a V. Ex<sup>a</sup>, agradecendo a paciência com que ouvidos fomos.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Muito obrigado Senador Virgílio Távora. Quer dizer que V. Ex<sup>a</sup> concorda que o Banco do Brasil elevou as taxas da Agricultura brasileira?

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Diremos exatamente isto: está cobrando, mas ele não as elevou. Quem eleva é o Banco Central, é o Conselho Monetário Nacional. E já dissemos as razões, o porque! Justamente no Sul houve vazamento extraordinários, mas o PROTERRA, que é da terra, não teve suas taxas aumentadas. Teve? Não!

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo corolário que trouxe ao meu pronunciamento, confirmando que o Banco do Brasil elevou as taxas da Agricultura através de ordens expressas, determinadas pelo Banco Central e outras empresas a ele superiores.

Sr. Presidente, o Vice-Líder do Governo, confirmando a elevação das taxas de juros, trouxe a mim e à Casa a demonstração de que a Agricultura brasileira vai pagar este ano mais juros e mais obrigações.

Tomei o cuidado de trazer para o conhecimento da Casa um recorte de jornal do dia cinco do corrente e, por incrível que possa parecer ao Senado e à Nação, a Rede Ferroviária Federal confirmou a suspensão da linha de passageiros Recife — João Pessoa — Natal a partir do dia quinze. A medida vai ser tomada em virtude do déficit apresentado nas operações.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que o único país no mundo, com a atual crise de petróleo, em que o trem dá prejuízo, é o Brasil, porque não tem sentido, depois de mais de três anos da eclosão do boicote do petróleo, da alta terrível havida no preço desse produto, os trens aqui no Brasil ainda serem deficitários!

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Eminente Senador, permita-nos dizer, que é ao contrário: não há país algum no mundo em que o trem de passageiros não seja deficitário.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Numa demonstração patente de que o Governo não cuidou, do assunto de base, que pudesse realmente dar ao nosso País as condições de gozarmos dos benefícios do trem: que é um transporte viável e rentável, como também de todo o nosso imenso litoral.

Vou ler a nota, para o nobre Vice-Líder da ARENA dela tomar conhecimento na íntegra:

"Suprimido o trem de passageiros no Nordeste". A Rede Ferroviária Federal, confirmou ontem, a suspensão da linha de passageiros Recife — João Pessoa — Natal, a partir do dia 15. A medida foi tomada em virtude dos déficits apresentados nas operações, mas poderá ser reestudada no futuro. Uma das possibilidades levantadas pela rede, é o prolongamento da atual linha Macaú — Natal, até a capital de Pernambuco. Também, como consequência de um estudo que recomendou a eliminação dos serviços deficitários, outros

trens de passageiros entre Recife e capitais mais próximas tiveram a frequência reduzida. Entretanto, a direção da ferrovia garante que não haverá demissões. O pessoal será aproveitado na movimentação de cargueiros ou nas linhas suburbanas."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tem sentido...

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Se V. Ex<sup>a</sup> leu para nos ouvirmos, gostaríamos de acrescentar, à nota tão enfaticamente lida, um desmentido formal à primeira afirmativa de V. Ex<sup>a</sup> que pergunta qual é o país do mundo, em que, depois da crise do petróleo, o trem de passageiros dá prejuízo. Eu direi: todos! Ao contrário, qual é o país do mundo em que trem de passageiros não dá prejuízo? Gostaríamos que V. Ex<sup>a</sup> indicasse um, um apenas. Agora, o que existe é o seguinte: neste caso particular o que acontecia era um déficit extraordinariamente elevado, em função do número reduzido de pessoas atendidas. Quer dizer, aí, o déficit era maior do que o normalmente suportável pela Rede Ferroviária. Mas afirmar que se retira um trem, única e exclusivamente com uma indagação deste tipo Senador, dizendo: qual é o país do mundo em que trem de passageiros dá prejuízo depois da crise do petróleo, permita-nos, é o ardor combativo de V. Ex<sup>a</sup> — que só fazemos elogiar — transformando já quase meias verdades em axiomas. Não é verdade, é um engano de V. Ex<sup>a</sup> E é um engano que não é preciso estarmos aqui discutindo. Basta verificarmos os balanços, de qualquer rede ferroviária, em qualquer lugar do mundo.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Senador Virgílio Távora, em todos os países adiantados do mundo o navio é o transporte mais econômico e rentável.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — De acordo...

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — ... depois vem a estrada de ferro. O transporte rodoviário aparece no interior do País...

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — ... para grandes cargas e grandes distâncias.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — ... para o atendimento de pequenos e médios percursos. Aqui no Brasil, não, aqui transporta-se ferro em cima de pneus, de Santa Catarina para o Nordeste, porque nossa Marinha Mercante ficou marginalizada, nossas estradas de ferro foram abandonadas. Estou em Brasília desde janeiro de 1975 e posso confessar a V. Ex<sup>a</sup>: não sei se há trem em Brasília, onde fica a estação, pois nunca vi nos jornais ou ouvi uma propaganda a respeito do trem, qual o percurso que faz e se existe.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Mas sabe V. Ex<sup>a</sup> por quê? É muito simples. V. Ex<sup>a</sup>s, aqui, todo dia blateram que esta terra não tem democracia. Pois bem, num regime democrático como o nosso e todos os demais a opção é do usuário e quando o usuário de Santa Catarina — desculpe-nos o Senador Evelásio, mas é que se falou em Santa Catarina, vamos repetir — transporta, via rodoviária, seus produtos até nossa região, ele não faz isso para favorecer empresa rodoviária alguma. Ele faz isso porque lhe sai economicamente mais barato — economicamente, veja bem o termo que usamos — esse modo de proceder, porque de Santa Catarina — se porto fosse, vamos dar logo esse *handicap* a V. Ex<sup>a</sup> — se o ponto de origem porto fora, teria que esperar o navio, embarcar nesse navio, descer no porto nordestino e, após isso, ser transportado por via rodoviária ou ferroviária até o local de aplicação. Queremos dizer que, realmente, somos daqueles, como V. Ex<sup>a</sup>, que se batem para uma maior eficiência na nossa cabotagem, para mantermos amanhã, uma maior utilização racional dos transportes, isto é, a cabotagem servir para as grandes e pesadas cargas, a grandes distâncias que não estejam longe dos pontos de destino e de origem do mar. A ferrovia, a grandes e médias cargas a longas distâncias; e as rodovias a pequenas

e caras cargas a médias e pequenas distâncias. Quanto a isto, V. Ex<sup>a</sup> pode ficar descansado, porque o Governo e eu, Líder em exercício, no momento, todos os dois, comungamos desta idéia. É o que deve ser e se trabalha para fazer isto. V. Ex<sup>a</sup>, há pouco, reclamou que a Rede Ferroviária tinha cortado um trem de passageiros. Exato, é desagradável fazer isso. Mas aonde a Rede Ferroviária sem embargo de todos os esforços utilizados, apresenta **deficits** colossais. E os **deficits** não são só operacionais, pois ela, como qualquer outra empresa, além do **deficit** operacional tem um outro **deficit**, o de investimentos. Ela está fazendo investimentos colossais e, portanto, anualmente, tem que fazer amortização de capital, pagamentos de juros, para justamente chegar a um grau de eficiência necessária. Não é com palavras, não é com ações apenas verbais que se vai resolver um problema que vem de mais de 50 anos e que se agravou depois da década de 40, quanto a ineficiência do sistema ferroviário. Daí o emprego em massa de recursos, que está se fazendo para esse setor. Veja V. Ex<sup>a</sup> que, dias atrás, o Senhor Presidente da República fez um remanejamento total do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, passando a fatia do setor ferroviário de 8% para 15,2%, praticamente dobrando esses investimentos. V. Ex<sup>a</sup> comunga das mesmas apreensões nossas, mas não podemos ouvir calado apenas a condenação. Nós gostamos também que o réu, no caso a Rede Ferroviária, seja defendida; que o réu, no caso o Governo, não atacado por V. Ex<sup>a</sup>, mostre o que está fazendo para sair do estado de coisas que não é de 64, que não é de 60, que não é de 55, que vem quase que do início do século.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Senador Virgílio Távora, V. Ex<sup>a</sup> afirmou que a Rede Ferroviária está fazendo investimento. Investimento não é **deficit**, investimento não pode responder por **deficit**.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Perdão. Eminente Senador, parece que V. Ex<sup>a</sup> não ouviu o que dissemos. Quem faz investimentos tem amortizações anuais. E vou dizer a V. Ex<sup>a</sup>: do **deficit** da Rede Ferroviária, em 1976, muito mais da metade foi de pagar amortização e os juros de empréstimos contraídos para os investimentos. Estamos dando essas explicações a V. Ex<sup>a</sup> não como uma contradição, mas para esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que o Governo não está parado, está fazendo o máximo possível de seus esforços. Nós somos, dentro dos Conselhos de Estado — podemos acrescentar a V. Ex<sup>a</sup> — um dos que se batem mais para o programa ferroviário ter alocado a si recursos, não os atuais, mas muito maiores, de maneira que não tenha o Governo que fazer sucessivos apelos a operações de crédito que quem tem de pagar é a Rede Ferroviária Federal. Não sabemos se explicamos a V. Ex<sup>a</sup>. É como o programa siderúrgico. Por esses dias o Governo dará um esquema financeiro para manter esse programa siderúrgico com fundo apropriado, porque, até hoje, o que temos feito — e é um verdadeiro milagre — é à custa de recursos das próprias siderurgias e de empréstimos sucessivos tomados, principalmente, ao mercado exterior. O problema, eminente Senador, desculpe-me dizer, é que a mesa é longa e a toalha é curta. O Senado já ouviu, tantas vezes, nós dizermos isto. As necessidades são tão grandes, num País-continente como este, que o Governo tem que agir como a mãe que separa o pão, racionado, para cada um dos filhos para não deixar nenhum deles morrer de fome. É isto que procuramos fazer.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Senador Virgílio Távora, os filhos do Nordeste estão morrendo de fome, porque o salário de quinhentos e um cruzeiros e trinta centavos não dá mais para comer. Posso afirmar a V. Ex<sup>a</sup>: é preciso que o Governo tenha cuidado, se não o pai pode transformar-se em padrastrô.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Com o maior prazer.

**O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC)** — V. Ex<sup>a</sup>, com inteligência e com argumentos sólidos, faz abordagem das dificuldades econômicas do Brasil, apontando, inclusive, várias das causas e refere-se, agora, ao sistema de transportes neste País como uma das causas das nossas dificuldades, como uma das razões da inflação neste País. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Se o Governo brasileiro desse prioridade aos investimentos na área do transporte ferroviário, não nos encontraríamos na atual situação. Veja V. Ex<sup>a</sup> que no ano passado, segundo Mensagem do Senhor Presidente da República enviada ao Congresso, o Governo investiu dez bilhões de cruzeiros em transportes rodoviários, e para o setor ferroviário destinou a mesma quantia, quando o Governo vinha trombeteando que faria uma inversão nos seus investimentos. Veja V. Ex<sup>a</sup> que 75% do que se transporta neste País é através de caminhões. Não há, praticamente, opção para o empresário do Sul, do Nordeste ou do Norte, a não ser o transporte rodoviário. É por isso que o sal é transportado de Mossoró para o Centro-Sul de caminhão, é por isso que a carne que alimenta grande parte da população do Nordeste é transportada de Mato Grosso de caminhão para o Nordeste.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Senador Agenor Maria, permita-nos responder ao aparte do Senador Evelásio Vieira.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Permito em seguida. Senador Evelásio Vieira, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> o corolário que traz ao meu modesto pronunciamento, que tem como princípio básico, simplesmente, despertar o Governo para a alta responsabilidade que ele joga em cima do povo brasileiro, não só através das tarifas, como agora através do tal cupom restituível.

O poder aquisitivo da classe média brasileira, hoje, é uma ficção. O assalariado está jogado à sarjeta do sofrimento, do abandono e da dor. Posso afirmar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que Cr\$ 501,30 é quanto recebe o infeliz operário do meu Nordeste, do meu Rio Grande do Norte, que sai de casa, de marmita à mão, pela madrugada, levando um pedaço de rapadura e um punhado de farinha para trabalhar 10, 12 horas, pois é obrigado a fazer hora extra, e chegar em casa às 6, 7, 8 horas da noite. É preciso que se compreenda que esse salário não tem mais condições de motivar o homem para o trabalho e que a necessidade obriga esse homem a trabalhar três/quatro horas de serviço extraordinário para fazer jus a um salário um pouco maior, de Cr\$ 900,00.

Na minha terra existem três minas de tungstênio e três minas de scheelita riqueza dada pela natureza àquele solo. As firmas vão buscar aquela scheelita dada pela natureza e pagam esse salário de Cr\$ 501,30 e o operário, trabalhando naquele subsolo, a 200 ou 300 metros de profundidade, com ar rarefeito, se obriga, subalimentado a trabalhar três/quatro horas extraordinárias, repito, para fazer jus ao salário de Cr\$ 900,00.

Posso dizer à Casa, ao Governo e à Nação de que os Cr\$ 900,00 são insuficientes para ele almoçar e jantar, porque ele tem obrigações de aluguel de casa, de água, de querosene. Não há luz porque ele não pode pagar.

Subnutrido, trabalhando com esse salário de Cr\$ 501,30 e sendo obrigado a trabalhar três/quatro horas extras, o que está acontecendo?

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Eminente Senador, o aparte está pedido.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Com quatro ou cinco anos de trabalho naquele interior de minas, trabalhando a 200/300 metros de profundidade, subnutrido, está adoecendo — e muitos deles estão perdendo o próprio brilho dos olhos. Não perderam só o sangue: estão perdendo o brilho dos olhos.

Sempre ocupei esta tribuna para trazer as minhas preocupações e fazer as críticas construtivas que acho necessárias.

Nenhum de nós, parlamentares, fomos consultados a respeito desse depósito restituível. O Governo é o único responsável pela

medida que é altamente arbitrária, porque iguala a força do trabalho ao lazer, e eu não entendo uma obrigação que iguale as desigualdades.

Repito aqui: o caboclo da minha região vai ter que conseguir os Cr\$ 200,00, comprar o cupom no Banco do Brasil, vai conseguir o dinheiro para comprar gasolina, ele vai ser obrigado a vender aquele canhoto por pouco mais ou nada, pois ele não vai ter poder aquisitivo para esperar dois anos. Vai haver negociata grossa no problema dos cupons: vai prejudicar a força viva de trabalho do País e vai criar uma dificuldade nessa força de trabalho, porque o homem vai ser desmotivado para trabalhar e produzir. Quem trabalha precisa de motivação, de facilidades para trabalhar. No caso do cupom, ele vai ter de sair de dentro das suas terras, dos seus rincões, para procurar os postos de gasolina, a Agência do Banco do Brasil, para poder comprar a gasolina para o seu veículo que não foi comprado para luxo nem para lazer, e sim para trabalho, para produzir.

Acredito que — como disseram os Senadores do Acre, e do Amazonas — haverá dificuldade para adquirir esse combustível porque, na realidade, não temos uma infra-estrutura à altura de responder imediatamente, em cada recanto deste País, ao cumprimento da determinação dessa lei, de só vender a gasolina a quem tiver o cupom restituível.

Com o maior prazer, dou a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Iamos, neste momento, informar a V. Ex<sup>a</sup> que há sete minutos havíamos pedido o aparte. Mas louve-se a boa intenção. Passou até um pouco a oportunidade da primeira parte da resposta, mas não poderíamos deixar o silêncio como aquiescência ao que afirmado aqui, pelo último membro da Bancada do MDB, porém não o menos ilustre, a se pronunciar, o representante por Santa Catarina. A meia-verdade, muitas vezes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, oferece contornos mais daninhos do que o próprio ataque à verdade. Efetivamente, o setor rodoviário e ferroviário, no ano passado, tiveram aproximadamente, de acordo com o que diz V. Ex<sup>a</sup> o mesmo patamar de investimento — ordem de grandeza de 10 bilhões de cruzeiros. Mas não é dito que, nos anos anteriores, a proporção era de várias vezes superior o investimento rodoviário ao ferroviário e, da noite para o dia, não se pode desmobilizar toda uma máquina de investimentos feitos em um setor e transplantar para o outro. Mais ainda. Poderíamos dizer que não tem símile, não conhecemos na história ferroviária e rodoviária deste País, em toda história de transporte, época em que haja o setor ferroviário, de 1930 a esta parte, recebido um tratamento proporcional, em relação ao setor rodoviário, como no ano de 1976; esperamos todos nós nos anos que se seguem e quando dizemos, esperamos todos nós, mostramos inclusive o procedimento governamental já na modificação das alíquotas do Imposto Único. Esta, a parte referente ao transporte. Mas V. Ex<sup>a</sup> também fala, voltando já ao Restituível, do horror que vai ser, das dificuldades que sentirão as populações mais distantes para cumprir o ritual que o Governo traçou para aquisição da gasolina. Mas sentiríamos muitíssimo mais se tivéssemos feito o racionamento e V. Ex<sup>a</sup> deve se recordar — do tempo da guerra V. Ex<sup>a</sup> estava embarcado — mas seus parentes, em terra, devem ter-lhe dito o que foi o racionamento brutal na "2ª Grande Guerra" isto porque o Governo só adotaria e adotará essa medida em caso extremo. Realmente o Depósito Restituível dificulta a aquisição do combustível e não é outra a intenção do Governo senão fazer parar o acréscimo cada vez maior que no balanço energético nacional, apresenta o petróleo como fonte de energia. Se não estamos maçando muito V. Ex<sup>a</sup>, vamos dar dois números terminantes: em 1943 — não faz muito tempo — no balanço energético nacional, o petróleo representava 9% apenas. Quarenta anos depois, em 1973 —, não nos vamos referir nem ao ano passado, já em 1973, para darmos quatro décadas, representava 46% do balanço energético, quer dizer, do número desse balanço. Então, o que o Governo faz é

procurar conter esse dispêndio de combustível com medidas antipáticas, impopulares, ingratas, e, segundo V. Ex<sup>a</sup>, injustas, mas corajosas, medidas que, sabemos, não dão votos para quem as defende, medidas que não trazem simpatia a quem procura explicá-las, mas que se estão impondo, não só do restituível, mas todos os demais itens daquele decálogo que como restituível saíram. Poderíamos adotar o racionamento como o Vice-Líder do seu Partido tanto proclama e deseja ver instalado no Brasil, mas, perguntaria V. Ex<sup>a</sup>: o que é racionamento? Nós assistimos a um e sabemos o quanto fere a economia, qual a balbúrdia que se instala num país quando se prolonga por um tempo grande e como teria que ser, até produzir efeitos positivos. Desculpe-nos o prolongado aparte, mas ouvimos V. Ex<sup>a</sup> com tanto embevecimento que tivemos que lhe responder.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Senador Virgílio Távora, não vim para esta tribuna, na tarde de hoje, confesso com a maior das convicções: pensando em voto. Vim pensando no povo de minha terra.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Ex<sup>a</sup>, não lhe estamos atribuindo isso — faça justiça a seu colega.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que quem defende não ganha voto...

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Não. Estamos cômicos que, defendendo esta posição, assumimos uma posição impopular. Sabe V. Ex<sup>a</sup>, líder político que somos em nossa terra, fomos à televisão defender isso e não tivemos receio de perder voto porque estamos certo. Mas daí, V. Ex<sup>a</sup> atribuir como corolário o inverso, não lhe atribuímos desejo de captar votos. Estamos certo é que, defendendo uma posição dessas, ao invés de captar votos estamos perdendo votos. Temos certeza absoluta disso. Mas estamos defendendo aquilo que se nos afigura justo e certo, dentro de alternativas que o Governo tomou.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — V. Ex<sup>a</sup> diz que a empresa ferroviária brasileira, que é uma empresa do Governo, é deficitária. Eu perguntaria a V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Não eu, são os balanços que dizem.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** —...se o trem é deficitário, as empresas rodoviárias, como estão?

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Estão altamente superavitárias.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — As empresas rodoviárias dizem, aqui, neste documento, que a responsabilidade da inflação, que vai haver, cabe única e exclusivamente ao Governo — da seguinte maneira:

"Os empresários acham que o bom senso levará o Governo a modificar as medidas e esperam uma solução favorável nos próximos dias. Na opinião do Sr. Orlando Monteiro, um dos sócios da Interbrasil Transportadora Limitada, as medidas de racionalização foram tomadas sem a devida acuidade."

O Governo, diz ele, deveria ter ouvido, primeiro, as lideranças dos transportadores de carga.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Está claro, Sr. Senador, que as empresas não vão ficar satisfeitas com essas restrições.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — A minha preocupação é de que tivemos, no ano passado, uma inflação da ordem de 46,3%. O aumento dado ao funcionalismo civil da União foi de 30%, o representante do Governo, na televisão, reconhecendo a defasagem desse aumento.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — E quem não reconhece?

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Pois bem. Vem, agora, um aumento de 40% na gasolina e de 6% através das mudanças das obrigações previdenciárias, para o setor de combustível. São 46%, em cima do aumento de salário já defasado em 13,3%. Como vai ficar?

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Com o maior prazer, eminente Senador Gilvan Rocha.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Sr. Senador, na verdade ouvimos, desolado, informações do nobre Vice-Líder do Governo sobre problemas energéticos. A primeira desolação é pela confissão de que, somente há um ano, este Governo, afinal, reconheceu que o caminho natural de um País continental como o nosso é a estrada de ferro. Somente há um ano, quando, só de problemas de petróleo, já temos três. Certamente, o Governo não recebeu uma carta, também, de um eleito de outro Estado, não mais de Minas Gerais, para apontar os caminhos para resolver o problema. A segunda desolação é verificar a insistência de o Governo querer fazer baixar o consumo de gasolina através de preço, com terrível medo de enfrentar a realidade com o racionamento. Isto porque, depois de todo o drama de combustível no País, uma única vez realmente o consumo caiu verticalmente: quando se adotou medidas de racionamento branco, isto é, fechamento de postos aos domingos e feriados e proibição de postos, a menos de alguns quilômetros da cidade, de vender gasolina. O Governo não tomou ainda essas duas lições: primeiro, que tem de agir rapidamente e não alguns anos depois; segundo, pela sua própria experiência última, somente um racionamento, seja ele branco ou efetivo, diminuirá o consumo. A tentativa de diminuição do consumo através do aumento do preço não surtiu resultado. E por isso verificamos desolados estas duas verdades: o Governo insistir em trabalhar em câmara lenta, esperando que as soluções certamente venham através de cartas persistir no seu erro fundamental pensando que o aumento do preço diminuirá o consumo.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — V. Ex<sup>a</sup> dá licença para outro aparte?

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** Senador Gilvan Rocha, fico-lhe muito grato pelo apoio que V. Ex<sup>a</sup> dá ao meu pronunciamento nesta tarde.

Ouçó, com prazer, o Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Antes de mais nada queremos elogiar a solidariedade partidária que V. Ex<sup>a</sup> tem dos seus colegas do MDB. Mas, essa solidariedade não chega ao ponto de distorcer palavras ditas. Absolutamente aqui não afirmamos que somente há um ano o Governo se tinha imbuído da necessidade de atacar o problema ferroviário. Foi apontado aqui o ano de 1976, e nesse ano mostramos realmente o que tinha acontecido.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Pela primeira vez.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — A respeito do problema ferroviário, sem fazer ironia, já que a ironia parece que foi a arma predileta do eminente representante de Sergipe, dissemos que o assunto ferroviário sempre foi um tema em que o MDB não se deu muito bem nesta Casa, pela apresentação de dados, que foram contestados, não com palavras, mas com números indicados em páginas e parágrafos de orçamento e de documentos oficiais. Quanto ao segundo, aí sim, é uma constatação que temos que o MDB insiste, por mais uma das suas vozes autorizadas, no racionamento da gasolina. O que o Governo tem procurado fazer é a racionalização, seja com medidas de policiamento, no bom sentido da palavra, do seu uso, seja com a instituição do depósito restituível. O Governo, no máximo das suas forças, procura evitar chegar à extrema medida

do racionamento, que, pelo que vemos, é aquilo que a nobre Oposição deseja, não mais pela voz do seu Vice-líder, não mais pela voz de menos importantes, menos destacados da Câmara dos Deputados, mas agora pela voz de um dos seus futuros Vice-líderes — V. Ex<sup>a</sup>, se não me engano vai ser Vice-líder também — e acolheremos com prazer a justa e sábia designação do Partido de V. Ex<sup>a</sup>. Então, V. Ex<sup>a</sup>s desejam racionamento. Se um dia — Deus nos livre que isto suceda — este País, por uma contingência, tenha mesmo que racionar, esperamos que o eminente representante de Sergipe, com a mesma força, com o mesmo ardor, possa defender uma medida, esta sim, que cauteriza, que estrangula a economia brasileira.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Nobre Senador Virgílio Távora, no ano de 1975, quem não sabia, neste País, que a crise do petróleo continuaria pelo tempo afora? Todos sabiam. Quais foram as medidas que o Governo tomou no sentido de conter o alto índice de desenvolvimento da fabricação de automóveis individuais, de carros de passeio, no País? Nenhum, nós aumentamos a nossa frota de 4.200.000, em 1974, para 5.600.000, em 1975...

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Chegamos a uma outra tese da Oposição que deixamos, aqui, bem claro: os Srs. desejam que se feche a indústria automobilística.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Não estou desejando o fechamento da indústria automobilística. V. Ex<sup>a</sup> não queira levar meu pronunciamento para um lado diverso do que eu estou fazendo. Mas se tínhamos uma frota de 4.200.000 veículos no Brasil, em 1974, dada a crise violenta do petróleo, não tinha como permitir a essa indústria um aumento de 1.400.000 veículos em circulação em nosso País, no ano de 1975.

**O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso. Fazendo soar a campainha.)** — Lembro ao nobre orador que o seu tempo está esgotado. Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que conclua seu discurso.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Solicitaria da minha Liderança os 20 minutos, se possível.

**O SR. PRESIDENTE (José Lindoso)** — Informo a V. Ex<sup>a</sup> que o Regimento não o permite. Concedo a V. Ex<sup>a</sup> mais 10 minutos para que possa concluir seu discurso, por liberalidade da Mesa.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Muito obrigado.

Mas, Sr. Presidente, o que me constrange é justamente isto. Já em 1975 a crise estava confirmada. Que faz a indústria? Através das financeiras, vende automóvel com 36 meses de prazo. O que acontece nos transportes de massa do País? Há capitais por aí afora onde os ônibus andam mais quebrados do que transportando operários.

**O Sr. Virgílio Távora (ARENA — CE)** — Para isso foram criados a EBTU e o Fundo de Desenvolvimento dos Transportes Urbanos.

**O SR. AGENOR MARIA (MDB — RN)** — Transportes de massa não atendendo às necessidades do povo; as facilidades do crediário. Acharam pouco crediário em 36 meses e criaram consórcio de 60 meses. Todo o mundo comprou carro neste País e uma grande parte através do impulso ilusório de uma propaganda massificante. A nossa televisão sobrecarrega a mente do povo, incide na mente popular de tal maneira que a propaganda massificante está mudando os próprios costumes do povo brasileiro.

É isto que me preocupa, Senador Virgílio Távora. Cria-se o artifício de prestações de até 36 meses, como aconteceu em 1975. Crediário. E, ainda mais, consórcio de 60 meses. Todas as facilidades. Comprava-se carro pelo telefone, neste País. As financeiras pulavam pelo interior, oferecendo carros, e a televisão, de dia à noite, incutindo na mente de todos o que representava o veículo, o carro particular.

**O Sr. Evelásio Vieira** (MDB — SC) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — Com o maior prazer, Senador Evelásio Vieira.

**O Sr. Evelásio Vieira** (MDB — SC) — V. Ex<sup>a</sup> está correto nas observações que faz. Até há pouco, o produtor rural, para adquirir um caminhão para transportar sua produção, tinha que pagar um ágio por fora, e não conseguia financiamento. Igualmente acontecia para adquirir uma máquina agrícola. Mas para o cidadão comprar automóvel de passeio, não precisava fiador e nem ter crédito na praça. Por estas razões é que aumentou extraordinariamente o número de veículos de passeio neste País. Corretas as observações de V. Ex<sup>a</sup>, neste aspecto também.

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — Muito obrigado, Senador Evelásio Vieira.

**O Sr. Gilvan Rocha** (MDB — SE) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — Com a palavra o Senador Gilvan Rocha.

**O Sr. Gilvan Rocha** (MDB — SE) — Agradeço-lhe, nobre colega, e não lhe tomarei grande tempo, apenas desejando retificar um pensamento do nobre Vice-Líder do Governo, pensamento atribuído à Oposição. A Oposição não está aqui para aplaudir racionamento, nem lutar pelo racionamento. Acontece que a Oposição sempre pensou que o Governo agisse realisticamente. O Governo criou uma situação — ela não foi criada pelo MDB! — uma situação de imprevidência, e tem de enfrentá-la de frente. No dia em que o Governo adotar o racionamento — e já vai adotá-lo tarde — o MDB não vai levantar loas ao Governo, vai deplorar uma situação que foi criada por ele e que não teve a coragem de adotá-la no momento precioso. Outra distorção do pensamento que S. Ex<sup>a</sup> atribui à Oposição, é que a Oposição quer acabar com a indústria automobilística brasileira. É uma atribuição absolutamente simplista, e não é possível imaginar-se isto. O que não se pode evidentemente é deixar que a indústria automobilística, como bem frisa V. Ex<sup>a</sup>, manobre o mercado e continue fabricando carros ultrapotentes num país que tem um déficit de combustível como o nosso.

**O Sr. Virgílio Távora** (ARENA — CE) — Eminentíssimo Senador...

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — A Mesa já me chamou a atenção para concluir o pronunciamento.

**O Sr. Virgílio Távora** (ARENA — CE) — V. Ex<sup>a</sup> não está sendo muito justo.

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — Vou dar o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com o maior prazer.

**O Sr. Virgílio Távora** (ARENA — CE) — Retiramos a injustiça.

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — O que desejo afirmar, de coração, é que o Governo viu, durante todo o ano de 1975 e 1976, especialmente 1975, as fábricas de automóveis desenvolvendo sua produtividade. E sabia também o Governo que se não fosse o crediário de 36 meses e o consórcio, no mínimo 30% daqueles veículos não podiam ser adquiridos; sabia o Governo que aqueles transportes a gasolina que estavam sendo adquiridos pela classe média brasileira, e adquiridos impensadamente, porque uma grande parte estava como que anestesiada, através da propaganda massificante, ia provocar, num futuro bem próximo, a situação que está aí. Para que elevar então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma produção que, em 1974, era de 4 milhões e 200 mil, para 5 milhões e 600 mil veículos, aumentando 1 milhão e 400 mil, sabendo o Governo que não tínhamos outra opção, a não ser nos voltarmos para a nossa bacia hidrográfica, para toda a costa brasileira e enfrentarmos os navios, necessários e de alta rentabilidade. É preciso que dinamizemos nossa Marinha Mercante, propagando e difundindo aos quatro

ventos, a necessidade do povo viajar de navio, preparando-a convenientemente. O Governo devia, desde 1973, ter-se voltado para a estrada de ferro, porque não se entende uma máquina transportando 80 vagões e um caminhão com 16 pneus, uma só máquina, a transportar ferro de Santa Catarina para a Paraíba ou qualquer produto do Rio Grande do Sul para o Pará. Sabemos que era altamente deficitário, antes; hoje, portanto, é quase impossível. Passamos 73, 74, 75, 76 e chegamos a 77 com o Brasil nessa situação. Minha preocupação, Senador, é que o Governo não sentiu o problema em 1973 e quis resolvê-lo através simplesmente da alta do combustível, como se a alta do combustível fosse a solução. Não resolveu, como não vão resolver esses dois cruzeiros. O homem que precisa trabalhar, vai continuar trabalhando pagando mais caro e, consequentemente, inflacionando a vida e encarecendo-a. O homem que pode ter o seu lazer vai continuar enchendo o tanque de seu carro no sábado e vai passar o domingo viajando, como bem entender.

Agora, o que diz aqui esta nota? Só para concluir, Sr. Presidente.

**O Sr. Virgílio Távora** (ARENA — CE) — V. Ex<sup>a</sup> ainda deve um aparte...

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — Diz o seguinte:

"O fechamento dos postos de gasolina aos domingos implica na redução de faturamento da ordem de Cr\$ 1 bilhão por mês para os empresários do setor de transporte rodoviário de carga, segundo o Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, Sr. Orlando Monteiro.

O Presidente do Sindicato Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, Sr. Denizar de Almeida Arneiro, acredita que, com essa medida, o setor vai-se ressentir dos problemas, mas como é terciário, a crise, quem vai sentir mesmo é o consumidor, que arcará com o aumento de custos.

O fechamento dos postos aos domingos significará uma perda de 54 milhões, 8 mil e 92 horas por mês, para os caminhões de carga o que significa uma diminuição do faturamento global, em cruzeiros, um bilhão e oitenta milhões e setecentos e sessenta e um mil."

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, posso confessar à Casa — e estou à vontade para fazê-lo — quem possuía caminhão de carga, transportava de São Paulo...

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Peço ao orador que conclua o seu discurso.

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — Vou concluir, Sr. Presidente. Transportava de São Paulo para o Nordeste; o que acontecia? A viagem produzia-se nas noites de sábado para segunda-feira, de manhã. Na hora em que se impede que esses transportes viajem, através dos fechamentos dos postos, concorre-se para criar uma dificuldade no setor de trabalho e de produção da Nação.

Em Minas Gerais, 29 mil veículos transportam para as CEASAs daquela Capital, a produção hortifrutigranjeira. Pois bem, destes 29 mil veículos, 20% apenas, são a óleo, 80% a gasolina. O que vai acontecer com os produtos hortifrutigranjeiros? Vai acontecer, naturalmente, a inflação. Então, o Governo vai conseguir inflacionar e, o que eu temo, é que a inflação, cada dia maior, possa criar uma situação delicada para aqueles que trabalham e vivem de salários e estão perdendo, a cada dia que passa, a motivação pelo trabalho.

**O Sr. Virgílio Távora** (ARENA — CE) — E com o racionamento seria multiplicado por 10.

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — Não prego o racionamento. Se a necessidade é realmente imperiosa, o Governo faça o seguinte: Vá para a televisão, conte a história do combustível, conte que deixou a indústria automobilística, em 1975, fazer o que bem entendesse neste País...

**O Sr. Virgílio Távora** (ARENA — CE) — Não apoiado!

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — ... e determine que os carros particulares ficarão impedidos de viajar no dia de domingo.

Tenho certeza absoluta, quem tiver o seu carro particular, em vez de encher o tanque do carro no sábado, para passear no domingo, ficará em casa e, se chegar a viajar, a fretar um táxi é porque, na realidade, ele precisa viajar.

Senador Virgílio Távora, a nossa frota de carros particulares no País é de 73%; 2,8% é táxi; 2,1% é micro-ônibus e ônibus; 11,1% é utilitário; 17,9% caminhões e furgões. Essa força de trabalho, que representa 37%, não poderia ser igualada aos carros particulares.

Sr. Presidente, eu pedia permissão para antes de terminar conceder o aparte ao Senador Mauro Benevides.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso. Fazendo soar a campanha.) — Sr. Senador, já se esgotou o tempo de liberalidade da Mesa, com relação à concessão de apartes.

**O Sr. Mauro Benevides** (MDB — CE) — É brevíssimo o meu aparte, Sr. Presidente. (Assentimento da Presidência.) — Nobre Senador Agenor Maria, V. Exª dá início, hoje, à série de pronunciamentos programados pela nossa Bancada sobre as repercussões do Recolhimento Restituível. Focalizado sob vários aspectos, como V. Exª o fez, com tanto brilhantismo, na tarde de hoje, é possível que os setores governamentais, sensibilizados diante da insatisfação consequente da medida, venham a adiar o início de sua vigência ou, quem sabe, suprimi-la definitivamente. Creio que neste instante derradeiro V. Exª poderia transformar todo esse seu discurso num grande apelo aos setores oficiais competentes para a supressão da medida ou pelo menos o seu adiamento.

**O SR. AGENOR MARIA** (MDB — RN) — Muito obrigado, Senador Mauro Benevides, e aproveito, realmente, as palavras de V. Exª para deixar aqui o meu apelo, que não é o de um humilde Senador do Rio Grande do Norte, é o apelo de toda a classe média sofrida, deste País, é o apelo de todo o assalariado brasileiro, que está sentindo a cada dia o seu poder aquisitivo diminuir.

Concluindo, gostaria de agradecer à Mesa, tão bem dirigida no momento pelo nobre Presidente, ter-me dado a oportunidade de concluir este meu pronunciamento. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a ordinária de amanhã, a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do artigo 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1974 (nº 585-B/72, na Casa de origem), que exclui a parcela de honorários na cobrança da Dívida Ativa da União, tendo

PARECER, sob nº 1.026, de 1976, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade e injuridicidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Nelson Carneiro e Heitor Dias; com voto vencido, em separado, do Senhor Senador José Lindoso e voto em separado do Senhor Senador Henrique de La Rocque.

— 2 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1976, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que estabelece prioridade na concessão de prestações aos cegos, tendo

PARECERES, sob nºs 985 e 986, de 1976, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto; e

— de **Legislação Social**, favorável, com a Emenda de Nº 1-CLS que apresenta.

— 3 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 1976, do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que dá nova redação ao parágrafo segundo do artigo 132 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), tendo

PARECERES, sob nºs 970 e 971, de 1976, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável ao projeto; e

— de **Legislação Social**, contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Lindoso) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

## ATA DA 223ª SESSÃO, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1976

(Publicada no DCN-Seção II, de 1º-12-76)

### Retificação

No Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1976 (nº 2.553-B/76, na Casa de origem), que fixa as Referências de salário dos empregados do Grupo-Processamento de Dados, e dá outras providências:

Na página 7896, 1ª coluna, após o art. 6º do projeto,

Onde se lê:

Art. 8º — Revogam-se as disposições em contrário.

Leia-se:

Art. 7º — Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º — Revogam-se as disposições em contrário.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, no uso de suas atribuições,

RESOLVE conceder à servidora Maria Albertina Ribeiro, Técnico Legislativo "B" da Secretaria da Câmara dos Deputados, à disposição do Instituto de Previdência dos Congressistas, dispensa, a pedido, da função de Auxiliar de Setor, criada pela Resolução nº 10/68, a partir de 4 de março de 1977.

Brasília, 3 de março de 1977. — Deputado **Passos Pôrto**, Presidente — Ciente: **Maria Albertina Ribeiro**.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

### ATA DA DUOCENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1º-12-1976.

Às dezessete horas do dia primeiro de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, presentes os senhores Senadores Heitor Dias e Cattete Pinheiro, e os senhores Deputados Bento Gonçalves, Djalma Bessa e José Bonifácio Neto, sob a presidência do Senhor Deputado José Passos Pôrto, reuniu-se o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, a fim de tratar assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o senhor Presidente apresenta ao Conselho, para deliberação, o requerimento do senhor Deputado Erasmo Martins Pedro em que solicita que o benefício do artigo 10, da Lei nº 6.311/75, já concedido, (recolhimento de contribuições recebidas), seja feito em parcelas, descontadas dos seus subsídios pelo prazo que lhe resta de mandato, sem acréscimo de juros. O Conselho Deliberativo decide deferir o parcelamento em vinte e quatro meses, porém acrescido dos juros de praxe. Pros-

seguinte, o senhor Presidente dá conhecimento de ofício enviado pelo senhor Deputado Jorge Furtado Leite, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, comunicando a concessão de subvenção ao Instituto, no próximo exercício, ficando o senhor Presidente encarregado pelo Conselho de apresentar ao parlamentar os agradecimentos do IPC pelo trabalho que desenvolveu em favor do mesmo, demonstrando elevado espírito de cooperação. A seguir, são relatados, com pareceres favoráveis e aprovados, os seguintes processos: de revisão de pensão do senhor Aroldo Carvalho; de concessão de pensão a Mauro Simões da Silva, Antônio Borges da Costa Filho,

Orlando Antônio dos Santos e Eva Aires de Abreu. Em seguimento, o senhor Presidente, nos termos da decisão do Conselho de 16-4-1975, defere os pedidos de auxílio-doença dos senhores Milton da Silva Félix, José Carlos Porto de Mendonça Clarck, Irven de Araújo, Aderbal Jurema e Mary Salette Belo; de inscrição de João Carlos Pereira e de Sílvia Maria Toledo. Nada mais havendo a tratar, às dez horas e quarenta minutos é encerrada a reunião. E, para constar, eu Zélia da Silva Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente.

(a) Deputado **Passos Porto**, Presidente.

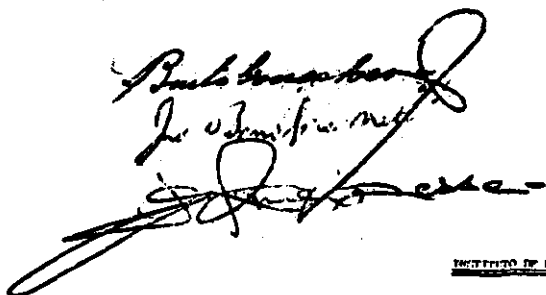
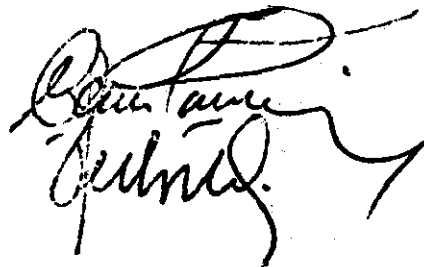
### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

(Criado pela Lei nº 4.284/63)

#### PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, nos termos da competência estabelecida pelo art. 15, item "d", da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, tendo procedido ao exame do Balanço Geral e os Demonstrativos das Receitas e Despesas referentes ao período de 1-4-76 a 31-12-76, é de parecer que os mesmos se encontram certos e em boa ordem, satisfazendo assim as exigências legais.

Brasília, DF, 2 de março de 1977.

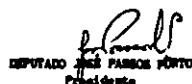




INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

| 7.000 - ATIVO                        |               | 8.000 - PASSIVO                                |               |
|--------------------------------------|---------------|--|---------------|
| 7.100 - <u>DISPONÍVEL</u>            |               | 8.100 - <u>EXIGÍVEL</u>                        |               |
| 7120 - Bancos C/ Movimento           | 353.123,96    | 8114 - Créditos Diversos                       | 211.143,52    |
| 7121 - Banco do Brasil S/A.          | 720.298,84    | 8115 - Depósito de Fundo Retido no Banco       | 21.497,98     |
| 7130 - Bancos C/Cheques em Trânsito  | 78.221,48     | 8116 - Títulos a Pagar                         | 57.600,00     |
| 7131 - Caixa Econômica Federal       | 302.958,54    |  | 330.241,44    |
|                                      | 1.454.642,82  |  |               |
| 7.200 - <u>REALIZÁVEL</u>            |               | 8.200 - <u>FUNDO DE GARANTIA</u>               |               |
| 7214 - Dadores de Dinheiro           | 24.765,73     | 8210 - Fundo de Reserva                        | 4.000.000,00  |
| 7217 - Fundo de Investimento         | 37.679,68     |  |               |
| 7218 - Banco do Brasil S/A.          | 570.762,00    |  |               |
| 72 - Depósitos Simples               |               |  |               |
| 02 - Ativos                          | 8.855.148,33  |  |               |
| 7230 - Depósitos C/Aplio.Especial    | 1.231.070,69  |  |               |
|                                      | 13.726.906,43 |  |               |
| 7.300 - <u>ATIVO PERMANENTE</u>      |               | 8.300 - <u>NÃO EXIGÍVEL</u>                    |               |
| 7310 - Equipamentos e Instalações    | 2.724,00      | 8330 - Resultado Operacional                   |               |
| 7311 - Máquinas, Motores e Aparelhos | 158.677,88    | 01 - Exercícios Anteriores                     | 14.282.761,07 |
| 7316 - Aparelhos de Copo e Cola      | 170,00        | 02 - Exercício Atual                           | 1.832.016,81  |
| 7317 - Bens Imóveis                  |               |  | 15.476.777,88 |
| 01 - Valor Histórico                 | 5.320.484,75  | 8340 - Reserva de Reavaliação dos Bens Imóveis | 9.361.448,17  |
| 02 - Valor/Reavaliação               | 9.561.448,17  |  | 25.056.226,05 |
| 7318 - Móveis e Utensílios           | 7.190,00      |  |               |
|                                      | 15.090.654,80 |  |               |
| TOTAL DO ATIVO .....                 | 30.233.803,65 | 8.400 - <u>TRANSITÓRIAS</u>                    |               |
|                                      |               | 8410 - Recebido p/Conta F.Assistencial         | 589.125,93    |
|                                      |               | 8440 - Recebido p/Conta de Seguros             |               |
|                                      |               | 01 - De Seguros Diversos                       | 295.921,10    |
|                                      |               | 02 - De Seguros Veículos                       | 2.289,13      |
|                                      |               |  | 298.210,23    |
|                                      |               |  | 867.136,16    |
|                                      |               | TOTAL DO PASSIVO .....                         | 30.233.803,65 |

Brasília, DF., 31 de dezembro de 1976

  
DEPUTADO PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA  
Presidente

  
DEPUTADO AROLDO DA SILVA FAGUNDES  
Treasorero

  
ZÉLIA DA SILVA OLIVEIRA  
Diretora da Secretaria

  
AROLDO DA SILVA FAGUNDES  
Treasorero CEC-DF nº 1.000

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

## RECEITA

## 1.000 - RECEITAS CORRENTES

## 3.100 - RECEITA TRIBUTÁRIA

|  |              |              |              |
|--|--------------|--------------|--------------|
| 1111 - Contrib. Seg. Obrigatórias      |              |              |              |
| 01 - Da Câmara                         | 2.664.082,50 |              |              |
| 02 - Do Senado                         | 668.000,00   | 3.132.082,50 |              |
| 1112 - Contrib. Seg. Facultativas      |              |              |              |
| 01 - Da Câmara                         | 2.390.632,00 |              |              |
| 02 - Do Senado                         | 2.197.232,00 | 4.587.864,00 |              |
| 1113 - Contribuições de Pensionistas   |              | 1.461.974,31 |              |
| 1114 - Contribuições p/Compl. Carência |              |              |              |
| 01 - Segurados Obrigatórios            | 261.144,30   |              |              |
| 02 - Segurados Facultativos            | 97.116,00    | 358.260,30   | 9.440.181,11 |

## 1.200 - RECEITA PATRIMONIAL

|                                       |  |              |              |
|---------------------------------------|--|--------------|--------------|
| 1226 - Juros "Open Market"            |  | 31.657,26    |              |
| 1231 - Juros Depósitos Bancários      |  |              |              |
| 02 - Conta Prazo Fixo                 |  | 151.065,02   |              |
| 1235 - Juros s/Dep. n/Aplic. Especial |  | 1.057.642,43 |              |
| 1241 - Juros de Empréstimos Simples   |  | 1.604.620,27 |              |
| 1242 - Aluguéis                       |  | 1.066.583,75 |              |
| 1243 - Dividendos e Participações     |  | 49.968,00    | 3.961.536,73 |

## 1.300 - RECEITAS DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

|                           |  |            |  |
|---------------------------|--|------------|--|
| 1320 - Receita de Seguros |  | 159.011,94 |  |
|---------------------------|--|------------|--|

## 1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

|  |              |              |               |
|--|--------------|--------------|---------------|
| 1411 - Contribuições da Câmara                           |              | 4.953.432,00 |               |
| 1412 - Contribuições do Senado                           |              | 2.666.514,50 |               |
| 1420 - Contrib. Decorrentes do Saldo de Diárias (faltas) |              |              |               |
| 01 - Câmara  | 595.820,00   |              |               |
| 02 - Senado  | 64.660,00    | 660.480,00   |               |
| 1490 - Contribuições Diversas                            |              |              |               |
| 01 - Subvenção da Câmara dos Deputados                   | 1.500.000,00 |              |               |
| 02 - Subvenção do Senado Federal                         | 1.200.000,00 | 2.700.000,00 | 10.980.626,50 |

## 1.500 - RECEITAS DIVERSAS

|                                    |           |           |  |
|------------------------------------|-----------|-----------|--|
| 1510 - Multas e Juros de Mora      |           |           |  |
| 02 - Sobre Empréstimos Simples     | 22.255,36 |           |  |
| 1520 - Indenizações e Restituições | 10.000,00 | 32.255,36 |  |

TOTAL DA RECEITA ..... 24.593.611,64

Brasília-DF, 31 de Dezembro de 1976

*[Assinatura]*  
DEPUTADO JOSÉ PASSOS PORTO  
Presidente

*[Assinatura]*  
VALIO DE SOUZA  
Secretário GERAL - p. 1.040

## DESPESA

## 3.000 - DESPESAS CORRENTES

## 3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO

|                                   |            |            |  |
|-----------------------------------|------------|------------|--|
| 3113 - Gratificações a Servidores | 195.969,00 |            |  |
| 3130 - Serviços de Terceiros      | 69.208,13  |            |  |
| 3170 - Despesas Diversas          | 4.792,35   |            |  |
| 3190 - Juros Passivos             | 2.431,00   | 272.400,48 |  |

## 3.200 - DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

|   |               |               |  |
|---|---------------|---------------|--|
| 3260 - Pensões a Contribuintes Obrigatórios | 10.460.211,00 |               |  |
| 3281 - Pensões a Contribuintes Facultativos | 8.661.754,00  |               |  |
| 3282 - Pensões a Beneficiários              | 3.185.939,00  |               |  |
| 3283 - Pensões a Beneficiários Especiais    | 64.221,00     |               |  |
| 3284 - Auxílio Funeário p/Funeral           | 6.692,00      |               |  |
| 3285 - Auxílio Pec. de Seguro de Vida       | 107.520,00    |               |  |
| 3286 - Seguro p/Quitação da Carência        | 221.671,00    |               |  |
| 3290 - Auxílio ao Fundo Assistencial        | 101.186,35    | 23.129.194,35 |  |

TOTAL DA DESPESA ..... 23.401.594,83

Superavit de 01/04 a 31/12/76 ..... 1.192.016,81

TOTAL ..... 24.593.611,64

*[Assinatura]*  
Deputado ALDO DA SILVA FAGUNDES  
Vice-Presidente



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTASRECAPITULAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"até 31 de dezembro de 1976RECEITADESPESA1.000 - RECEITAS CORRENTES3.000 - DESPESAS CORRENTES1.100 - RECEITA TRIBUTÁRIA3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO

|   |            |            |              |
|---|------------|------------|--------------|
| 1111 - Contrib. Seg. Obrigatórios       |            |            |              |
| 01 - Da Câmara                          | 257.830,00 |            |              |
| 02 - Do Senado                          | 50.700,00  | 308.530,00 |              |
| 1112 - Contrib. Seg. Facultativos       |            |            |              |
| 01 - Da Câmara                          | 324.814,00 |            |              |
| 02 - Do Senado                          | 362.667,00 | 687.481,00 |              |
| 1113 - Contribuições de Pensionistas    |            | 116.235,67 |              |
| 1114 - Contribuições p/ Compl. Carência |            |            |              |
| 01 - Segurados Obrigatórios             | 58.399,00  |            |              |
| 02 - Segurados Facultativos             | 81.725,00  | 142.024,00 | 1.314.260,67 |

|                                   |           |           |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| 3113 - Gratificações a Servidores | 22.220,00 |           |
| 3130 - Serviços de Terceiros      | 729,21    |           |
| 3170 - Despesas Diversas          | 1.056,00  |           |
| 3190 - Juros Passivos             | 2.131,00  | 26.436,21 |

1.200 - RECEITA PATRIMONIAL3.200 - DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

|  |  |            |            |
|--|--|------------|------------|
| 1226 - Juros "Open Market"             |  | -10,00     |            |
| 1231 - Juros Depósitos Bancários       |  |            |            |
| 02 - Conta Prazo Fixo                  |  | 45.363,50  |            |
| 1235 - Juros a/Depo. e/Aplic. Especial |  | 117.802,97 |            |
| 1241 - Juros de Empréstimos Simples    |  | 191.714,12 |            |
| 1242 - Aluguéis                        |  | 91.723,00  | 446.598,59 |

|   |              |              |
|---|--------------|--------------|
| 3200 - Pensões a Contribuintes Obrigatórios | 1.126.100,00 |              |
| 3201 - Pensões a Contribuintes Facultativos | 960.881,00   |              |
| 3202 - Pensões a Beneficiários              | 353.055,00   |              |
| 3203 - Pensões a Beneficiários Especiais    | 7.530,00     |              |
| 3205 - Auxílio Pao. de Seguro de Vida       | 7.030,00     |              |
| 3206 - Seguro p/Quitação de Carência        | 99.065,00    |              |
| 3200 - Auxílio ao Fundo Assistencial        | 273.400,30   | 2.829.151,30 |

1.300 - RECEITAS DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

9.567,68

1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

|   |           |            |              |
|---|-----------|------------|--------------|
| 1411 - Contribuições da Câmara          |           | 612.634,00 |              |
| 1412 - Contribuições do Senado          |           | 413.367,00 |              |
| 1420 - Contrib. decorrentes do Saldo de |           |            |              |
| Diárias (faltas)                        |           |            |              |
| 01 - Câmara                             | -5.990,00 |            |              |
| 02 - Senado                             | 4.140,00  | -1.850,00  |              |
| 1430 - Contribuições Diversas           |           |            |              |
| 02 - Senado Federal                     |           | 300.000,00 | 1.324.161,00 |

1.500 - RECEITAS DIVERSAS

|                                |  |          |  |
|--------------------------------|--|----------|--|
| 1510 - Multas e Juros de Mora  |  |          |  |
| 02 - Sobre Empréstimos Simples |  | 2.872,20 |  |


TOTAL DA RECEITA ..... 3.077.460,14

TOTAL DA DESPESA ..... 2.855.587,51

Superavit ..... 221.872,63

TOTAL ..... 3.077.460,14

Brasília, DF., 31 de dezembro de 1976

  
DEPOADO JOSÉ PASSOS PORTO  
Presidente

  
HELIO DE SOUZA  
Chefe do CRC-DF- 1.890

  
Depoado ALDO DA SILVA FACUNDES  
Tesorreiro

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

(Criado pela Lei nº 4.284/63)

## PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, nos termos da competência estabelecida pelo art. 15, item "d", da Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, tendo procedido ao exame do Balanço Geral e os Demonstrativos das Receitas e Despesas referentes ao período de 1-4-76 a 31-12-76, é de parecer que os mesmos se encontram certos e em boa ordem, satisfazendo assim as exigências legais.

Brasília, DF, 2 de março de 1977.

*Paulo Henrique*  
*João Baptista*  
*Antônio*  
*Antônio*

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"

REFERENTE AO EXERCÍCIO FEITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976

## RECEITA

## 1.000 - RECEITAS CORRENTES

## 3.100 - RECEITA TRIBUTÁRIA

|  |              |              |              |
|--|--------------|--------------|--------------|
| 1111 - Contrib. Seg. Obrigatórias      |              |              |              |
| 01 - Da Câmara                         | 2.664.082,50 |              |              |
| 02 - Do Senado                         | 168.000,00   | 3.132.082,50 |              |
| 1112 - Contrib. Seg. Facultativas      |              |              |              |
| 01 - Da Câmara                         | 2.290.632,00 |              |              |
| 02 - Do Senado                         | 2.197.232,00 | 4.487.864,00 |              |
| 1113 - Contribuições de Pensionistas   |              | 1.461.974,31 |              |
| 1114 - Contribuições p/Compl. Carência |              |              |              |
| 01 - Segurados Obrigatórios            | 261.144,30   |              |              |
| 02 - Segurados Facultativos            | 97.116,00    | 358.260,30   | 9.440.181,11 |

## 1.200 - RECEITA PATRIMONIAL

|                                       |  |              |              |
|---------------------------------------|--|--------------|--------------|
| 1225 - Juros "Open Market"            |  | 31.657,26    |              |
| 1231 - Juros Depósitos Bancários      |  |              |              |
| 02 - Conta Prazo Fixo                 |  | 151.065,02   |              |
| 1235 - Juros a/Empr. a/Allo. Especial |  | 1.057.642,43 |              |
| 1241 - Juros de Empréstimos Simples   |  | 1.604.620,27 |              |
| 1242 - Aluguéis                       |  | 1.066.383,75 |              |
| 1243 - Dividendos e Participações     |  | 40.006,00    | 3.961.536,73 |

## 1.300 - RECEITAS DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

|                           |  |  |            |
|---------------------------|--|--|------------|
| 1320 - Receita de Seguros |  |  | 159.011,94 |
|---------------------------|--|--|------------|

## 1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

|  |              |              |               |
|--|--------------|--------------|---------------|
| 1411 - Contribuições da Câmara                           |              | 4.953.432,00 |               |
| 1412 - Contribuições do Senado                           |              | 2.666.514,50 |               |
| 1420 - Contrib. Descontadas do Saldo de Diárias (faltas) |              |              |               |
| 01 - Câmara  | 595.420,00   |              |               |
| 02 - Senado  | 61.820,00    | 657.240,00   |               |
| 1490 - Contribuições Diversas                            |              |              |               |
| 01 - Subvenção da Câmara dos Deputados                   | 1.500.000,00 |              |               |
| 02 - Subvenção do Senado Federal                         | 1.200.000,00 | 2.700.000,00 | 10.980.626,50 |

## 1.500 - RECEITAS DIVERSAS

|                                    |           |           |  |
|------------------------------------|-----------|-----------|--|
| 1530 - Multas e Juros de Mora      |           |           |  |
| 02 - Sobre Empréstimos Simples     | 22.255,35 |           |  |
| 1520 - Indenizações e Restituições | 30.000,00 | 52.255,35 |  |

TOTAL DA RECEITA ..... 21.993.611,64

Brasília-DF, 31 de Dezembro de 1976

*Paulo Henrique*  
 DEPUTADO PAULO PASSOS PORTO  
 Presidente

*Antônio*  
 PAULO DE SAUZE  
 Contador CRC-DF nº 1.830

## DESPESA

## 3.000 - DESPESAS CORRENTES

## 3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO

|                                   |            |            |
|-----------------------------------|------------|------------|
| 3113 - Gratificações a Servidores | 195.069,00 |            |
| 3130 - Serviços de Terceiros      | 69.206,13  |            |
| 3170 - Despesas Diversas          | 4.792,35   |            |
| 3190 - Juros Passivos             | 2.431,00   | 272.400,48 |

## 3.200 - DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

|   |               |               |
|---|---------------|---------------|
| 3280 - Pensões a Contribuintes Obrigatórios | 10.180.211,00 |               |
| 3281 - Pensões a Contribuintes Facultativos | 8.661.754,00  |               |
| 3282 - Pensões a Beneficiários              | 3.185.939,00  |               |
| 3283 - Pensões a Beneficiários Especiais    | 64.231,00     |               |
| 3284 - Auxílio Pioneiro p/Embral            | 6.000,00      |               |
| 3285 - Auxílios Pac. de Seguro de Vida      | 107.520,00    |               |
| 3286 - Seguro p/Quitação de Carência        | 221.671,00    |               |
| 3290 - Auxílio ao Fundo Assistencial        | 101.186,75    | 23.129.194,35 |

TOTAL DA DESPESA ..... 23.401.924,83

Superavit de 01/01 a 31/12/76 ..... 1.192.016,31

TOTAL ..... 24.593.611,64

*Antônio*  
 Deputado ALDO DA SILVA FAGUNDES  
 Tesoureiro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTASDEMONSTRAÇÃO DA CONTA "RECEITA E DESPESA"

ANEXO DE EXERCÍCIO DE 1976

RECEITAD.E.S.P.E.S.A1.000 - RECEITAS CORRENTES3.000 - DESPESAS CORRENTES1.100 - RECEITA TRIBUTÁRIA3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO

|  |            |            |              |
|--|------------|------------|--------------|
| 1111 - Contrib. Seg. Obrigatórias      |            |            |              |
| 01 - Da Câmara                         | 287.820,00 |            |              |
| 02 - Do Senado                         | 50.700,00  | 338.520,00 |              |
| 1112 - Contrib. Seg. Facultativas      |            |            |              |
| 01 - Da Câmara                         | 324.814,00 |            |              |
| 02 - Do Senado                         | 362.667,00 | 687.481,00 |              |
| 1113 - Contribuições de Pensionistas   |            | 146.235,67 |              |
| 1114 - Contribuições p/Comp. Carência  |            |            |              |
| 01 - Segurados Obrigatórios            | 98.299,00  |            |              |
| 02 - Segurados Facultativos            | 83.725,00  | 182.024,00 | 1.314.260,67 |
| 1.200 - RECEITA PATRIMONIAL            |            |            |              |
| 1226 - Juros "Open Market"             |            | -10,00     |              |
| 1231 - Juros Depósitos Bancários       |            |            |              |
| 02 - Conta Prato Fixo                  |            | 45.353,50  |              |
| 1235 - Juros a/Empr. e/Aplic. Especial |            | 117.802,97 |              |
| 1241 - Juros de Empréstimos Simples    |            | 191.714,12 |              |
| 1242 - Aluguéis                        |            | 91.723,00  | 446.598,59   |

1.300 - RECEITAS DE SERVIÇOS OPERACIONAIS3.200 - DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

|  |            |              |              |
|--|------------|--------------|--------------|
| 1320 - Receita de Seguros                                |            | 9.587,68     |              |
| 1.400 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES             |            |              |              |
| 1411 - Contribuições da Câmara                           | 612.634,00 |              |              |
| 1412 - Contribuições do Senado                           | 413.357,00 |              |              |
| 1420 - Contrib. Decorrentes do Saldo de Diárias (faltas) |            |              |              |
| 01 - Câmara  | -5.980,00  |              |              |
| 02 - Senado  | 4.140,00   | -1.840,00    |              |
| 1490 - Contribuições Diversas                            |            |              |              |
| 02 - Senado Federal                                      |            | 300.000,00   | 1.324.161,00 |
| 1.500 - RECEITAS DIVERSAS                                |            |              |              |
| 1510 - Multas e Juros de Mora                            |            |              |              |
| 02 - Sobre Empréstimos Simples                           |            | 2.872,20     |              |
| TOTAL DA RECEITA .....                                   |            | 3.097.460,14 |              |

|   |              |  |              |
|---|--------------|--|--------------|
| 3113 - Gratificações a Servidores           | 38.220,00    |  |              |
| 3130 - Serviços de Terceiros                | 728,21       |  |              |
| 3170 - Despesas Diversas                    | 1.056,00     |  |              |
| 3190 - Juros Passivos                       | 2.431,00     |  | 26.436,21    |
| 3280 - Pensões a Contribuintes Obrigatórios | 1.126.400,00 |  |              |
| 3281 - Pensões a Contribuintes Facultativos | 960.881,00   |  |              |
| 3282 - Pensões a Beneficiárias              | 353.053,00   |  |              |
| 3283 - Pensões a Beneficiários Especiais    | 7.580,00     |  |              |
| 3285 - Auxílios Fac. de Seguro de Vida      | 7.680,00     |  |              |
| 3286 - Seguro p/Quitação de Carência        | 99.965,00    |  |              |
| 3290 - Auxílio ao Fundo Assistencial        | 271.590,30   |  | 2.829.151,30 |

|                        |              |  |  |
|------------------------|--------------|--|--|
| TOTAL DA DESPESA ..... | 2.825.587,51 |  |  |
| Superavit .....        | 241.872,63   |  |  |
| TOTAL .....            | 3.097.460,14 |  |  |

Brasília, DF., 31 de dezembro de 1976

*[Assinatura]*  
DEPUTADO RENE PASSOS PORTO  
Presidente


*[Assinatura]*  
HELIO DE SOUZA


*[Assinatura]*  
d Deputado ALDO DA SILVA FACHINI  
Tesorero


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTASBALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976


| 7.000 - ATIVO                        |               | 8.000 - PASSIVO                                |               |
|--------------------------------------|---------------|--|---------------|
| <u>7.100 - DISPONÍVEL</u>            |               | <u>8.100 - EXIGÍVEL</u>                        |               |
| 7120 - Bancos C/Movimento            | 33.123,56     | 8114 - Credores Diversos                       | 211.143,52    |
| 7121 - Banco do Brasil S/A.          | 720.298,84    | 8115 - Imposto de Renda Retido na Fonte        | 21.497,92     |
| 7130 - Bancos C/Cheques em Trânsito  | 78.221,48     | 8116 - Títulos a Pagar                         | 97.600,00     |
| 7131 - Caixa Econômica Federal       | 302.998,54    |  | 330.241,44    |
|                                      | 1.434.642,42  |  |               |
| <u>7.200 - REALIZÁVEL</u>            |               | <u>8.200 - FUNDO DE GARANTIA</u>               |               |
| 7214 - Devedores Diversos            | 24.785,73     | 8210 - Fundo de Reserva.                       | 4.000.000,00  |
| 7217 - Fundo de Investimento         | 37.679,63     |  |               |
| 7218 - Ações do Banco do Brasil S/A. | 578.762,00    | <u>8.300 - NÃO EXIGÍVEL</u>                    |               |
| 7221 - Empréstimos Simples           |               | 8330 - Resultado Operacional                   |               |
| 02 - Atualiz.                        | 8.835.348,33  | 01 - Exercícios Anteriores                     | 14.282.761,07 |
| 7230 - Empréstimos C/Aplic.Especial  | 4.231.939,62  | 02 - Exercício Atual                           | 1.892.016,81  |
|                                      | 13.728.506,63 |  | 15.474.777,88 |
| <u>7.300 - ATIVO PERMANENTE</u>      |               | 8340 - Reserva de Reavaliação dos Bens Imóveis | 9.561.118,17  |
| 7310 - Equipamentos e Instalações    | 2.721,00      |  | 25.036.226,05 |
| 7311 - Máquinas, Motores e Aparelhos | 158.677,88    | <u>8.400 - TRANSITÓRIAS</u>                    |               |
| 7316 - Aparelhos de Copa e Cozinha   | 170,00        | 8410 - Recebido p/Conta F.Assistência)         | 569.125,93    |
| 7317 - Bens Imóveis                  |               | 8440 - Recebido p/Conta de Seguros             |               |
| 01 - Valor Histórico 5.320.484,75    |               | 01 - De Seguros Diversos                       | 295.921,10    |
| 02 - V.v.c/Reavaliação 9.561.448,17  | 14.881.932,92 | 02 - De Seguros Veículos                       | 2.289,13      |
| 7318 - Móveis e Utensílios           | 7.159,00      |  | 298.210,23    |
|                                      | 15.040.654,80 |  | 867.336,16    |
| TOTAL DO ATIVO .....                 | 30.233.803,65 | TOTAL DO PASSIVO .....                         | 30.233.803,65 |

Brasília, DF., 31 de dezembro de 1976

  
 DEPUTADO JOSÉ PASSOS PORTO  
 Presidente

  
 Deputado ALDO DA SILVA FAGUNDES  
 Tesoureiro

  
 ZÉLIA DA SILVA OLIVEIRA  
 Diretora da Secretaria

  
 HELIO DE SOUZA  
 Operador CRC-DF nº 1.850

**MESA**

Presidente:

Petrônio Portella (ARENA—PI)

3º-Secretário:

Henrique de La Rocque (ARENA—MA)

1º-Vice-Presidente:

José Lindoso (ARENA—AM)

4º-Secretário:

Renato Franco (ARENA — PA)

2º-Vice-Presidente:

Amaral Peixoto (MDB—RJ)

1º-Secretário:

Mendes Canale (ARENA—MT)

**Suplentes de Secretário:**

2º-Secretário:

Mauro Benevides (MDB — CE)

Altevir Leal (ARENA—AC)

Ruy Carneiro (MDB — PB)

Otair Becker (ARENA—SC)

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

### **Seção Conjunta (Congresso Nacional)**

| Via-Superfície:       |             | Via-Aérea:            |             |
|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Semestre .....        | Cr\$ 200,00 | Semestre .....        | Cr\$ 400,00 |
| Ano .....             | Cr\$ 400,00 | Ano .....             | Cr\$ 800,00 |
| Exemplar avulso ..... | Cr\$ 1,00   | Exemplar avulso ..... | Cr\$ 2,00   |

### **Seção I (Câmara dos Deputados)**

| Via-Superfície:       |             | Via-Aérea:            |             |
|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Semestre .....        | Cr\$ 200,00 | Semestre .....        | Cr\$ 400,00 |
| Ano .....             | Cr\$ 400,00 | Ano .....             | Cr\$ 800,00 |
| Exemplar avulso ..... | Cr\$ 1,00   | Exemplar avulso ..... | Cr\$ 2,00   |

### **Seção II (Senado Federal)**

| Via-Superfície:       |             | Via-Aérea:            |             |
|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Semestre .....        | Cr\$ 200,00 | Semestre .....        | Cr\$ 400,00 |
| Ano .....             | Cr\$ 400,00 | Ano .....             | Cr\$ 800,00 |
| Exemplar avulso ..... | Cr\$ 1,00   | Exemplar avulso ..... | Cr\$ 2,00   |

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

**CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00**

**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**